



FUNDAÇÃO AGA KHAN



Guia de supervisão para técnicos de enquadramento

A Fundação Aga Khan é uma agência da Rede Aga Khan para o Desenvolvimento.

Prefácio

Torna-se inegável o percurso progressivo que Portugal tem percorrido nas últimas décadas em torno do cuidado e da educação das crianças pequenas. Todavia, torna-se também inegável a existência de desafios que urgem ser endereçados, nomeadamente repensar a formação e qualificação dos agentes educativos e o conjunto de competências essenciais para a sua ação profissional.

Na prossecução da sua Missão, a Fundação Aga Khan Portugal (AKF Prt) tem continuamente investido em âmbitos de influência na sociedade, sendo a Educação e o Desenvolvimento na Infância uma das áreas prioritárias da sua intervenção. O Programa Construindo pedagogias participativas em creche familiar. Programa de formação e capacitação de amas e de outros cuidadores de crianças pequenas surge no âmbito desse investimento, procurando, desde o final de 2016, contribuir para o reconhecimento e valorização da profissionalidade da Ama com impacto na qualidade no atendimento à primeira infância.

Sendo indiscutível a interligação entre a qualidade da formação, a prática dos profissionais e a qualidade das aprendizagens das crianças, o Programa Amas tem promovido a dinamização de ações de formação e de qualificação profissional, a produção de diversos recursos como o Guia para Amas e outros cuidadores, o Guia do Formador, o e-book Construir práticas educativas na creche familiar e, ainda, a dinamização de grupos de trabalho e eventos científicos envolvendo representantes de vários setores sociais, visando a otimização de espaços de reflexão e discussão que conduzam, efetivamente, à inovação e melhoria da qualidade na primeira infância.

Sob a coordenação de Mónica Brazinha no diálogo colaborativo com especialistas de reconhecida competência científica na área da educação de infância – Amélia Marchão, Ana Azevedo, Ana Teresa Brito, Fátima Aresta, Irene Figueiredo, Isabel Correia, Joana Freitas Luís, Maria José Infante, Vânia Azevedo, e na área de monitorização e avaliação com o apoio de Zara Merali – a AKF Prt apresenta um novo recurso de apoio ao exercício profissional: o Guia de Supervisão para técnicos de enquadramento. Este guia congrega os aspetos basilares da supervisão pedagógica no acompanhamento, apoio e monitorização da atividade da Ama, enquadrando também uma proposta de definição do perfil profissional de Ama.

Congratulo-me profundamente pelo apoio que, estou certo, esta publicação dará aos educadores de infância que desempenham a função de técnico de enquadramento, contribuindo para o enriquecimento do quotidiano das crianças, famílias e comunidades com quem estes agentes educativos trabalham, e reafirmando assim o direito das crianças a serviços educativos de qualidade.

Karim Merali
Diretor Executivo
Fundação Aga Khan Portugal

Índice

Introdução	6
Propósitos e objetivos	8
Parte I — Cuidado e educação na primeira infância	9
1.1 A qualidade na educação de infância: fundamentos e princípios.....	11
1.2 O atendimento 0-3 na resposta de creche familiar.....	11
1.3 A co-construção de uma pedagogia participativa na creche familiar	13
A creche familiar do Centro Infantil Olivais Sul (CIOS).....	13
Os seis princípios para um serviço de qualidade.....	15
Parte II — Práticas de supervisão na creche familiar	19
2.1 A supervisão	21
2.2 Perfis de desempenho e competências-chave.....	23
Bibliografia.....	26
Parte III — Perfil profissional da Ama	29
Enquadramento.....	30
Competências profissionais da ama	31
Síntese do perfil da ama.....	33
Bibliografia.....	46

Introdução

O Programa de Formação e Capacitação de amas e outros Cuidadores de Crianças Pequenas procura implementar um conjunto de iniciativas de apoio ao desenvolvimento profissional de amas e de contributo para a inovação das práticas educativas e políticas educacionais para crianças de 0 a 3 anos de idade, em creche familiar. Este Programa materializa o investimento da Fundação Aga Khan (AKF) no fortalecimento dos profissionais e ecossistemas que asseguram bem-estar das crianças e suas famílias, bem como as adequadas oportunidades de bem-estar, desenvolvimento e aprendizagem, aspetos determinantes para garantir um bom começo na vida.

A qualidade da educação e cuidado na primeira infância contribui significativamente para a criação das bases para este começo de vida de cada criança. Em Portugal tem-se verificado nos últimos anos um insuficiente número de vagas para bebés e crianças pequenas o que não só implica a criação de mais respostas educativas para a faixa etária dos 0 aos 3 anos, mas também o necessário investimento na formação e qualificação dos profissionais envolvidos. Apenas este investimento poderá sustentar a prestação de serviços de qualidade para as crianças e famílias.

Criado em 2016, o referido Programa tem como parceiros a Associação dos Profissionais de Educação de Infância (APEI) e a Fundação Bissaya Barreto (FBB), e resulta do processo de experimentação e construção de uma pedagogia participativa na creche familiar do Centro Infantil Olivais Sul (CIOS), um processo iniciado em setembro de 2009 no âmbito do acordo de gestão celebrado entre a AKF e o Instituto de Segurança Social IP.

A construção de um modelo de intervenção na creche familiar do CIOS envolveu a transformação das práticas educativas e, conseqüentemente, a reconstrução da imagem da criança e das conceções dos adultos cuidadores. A equipa de enquadramento da creche familiar alicerçou o seu trabalho num contexto de formação contínua como forma de assegurar ao grupo de amas enquadradas o seu desenvolvimento profissional, bem como apoiá-las na construção de um ambiente de aprendizagem significativa para as crianças com a participação das famílias.

A partir de um processo reflexivo e participado, e dos conhecimentos obtidos através desta experimentação, surge o Curso “Construir Práticas Educativas 0-3”, um curso de 25 horas em regime presencial e/ou



A construção de um modelo de intervenção na creche familiar do CIOS envolveu a transformação das práticas educativas e, consequentemente, a reconstrução da imagem da criança e das conceções dos adultos cuidadores.

a distância na modalidade de *blended learning*, cujo enfoque incide na expansão e fortalecimento do conhecimento profissional das amas e de outros cuidadores através do desenvolvimento de competências inerentes ao exercício da sua atividade profissional. O curso, disponível através dos centros de formação da APEI e da FBB, é conduzido pela Bolsa Nacional de Formadores da AKF, tendo como materiais de recurso o Guia para amas e outros Cuidadores e o Guia do Formador.

Em 2018 a AKF teve oportunidade de realizar nove ações de formação em diversos locais do nosso País – Águeda, Coimbra, Alverca, Cascais, Almada, Corroios, Amora, Quinta do Conde e Quarteira – englobando, no total, 107 participantes, dos quais 81 amas e 26 auxiliares de educação/ajudantes de ação educativa.



A par das 25 horas de formação cada grupo de formandas recebeu um acompanhamento pós-formação, por um período de 10 meses, por parte da formadora. Durante este período foi possível trabalhar na consolidação das aprendizagens realizadas, assim como desenvolver um processo de monitorização e avaliação para melhor compreender a adequação das competências adquiridas e o seu impacto no quotidiano educativo das amas.

Os diversos processos formativos vivenciados permitiram estender e alargar o conhecimento sobre cada profissional e o seu contexto educativo e institucional, na medida em que, para além do contacto com as formandas (amas), foi também promovido um maior contacto e diálogo com os respetivos técnicos responsáveis e elementos da coordenação/direção das instituições de enquadramento.

Certa da relevância e do impacto de um investimento na capacitação e formação dos profissionais de educação de infância para a prestação de serviços de qualidade para as crianças e famílias, a AKF decidiu construir um novo recurso com vista a apoiar o acompanhamento e supervisão das amas enquadradas: o Guia de Supervisão para Técnicos de Enquadramento. Reconhece-se e valoriza-se, assim, o importante papel destes profissionais na formação contínua e no desenvolvimento profissional das amas, vertentes inerentes à sustentabilidade de práticas educativas de qualidade em creche familiar.

O modelo de formação de formadores é da autoria da AKF e objetiva contribuir para a expansão e reforço da profissionalidade das amas através do desenvolvimento de competências inerentes ao exercício da sua atividade.

Face a um aumento da necessidade e procura de formação a distância, a AKF e a sua bolsa de formadores, em parceria com o Centro de Formação da APEI, disponibilizou o conjunto de quatro módulos num formato independente, combinando sessões síncronas online com momentos de trabalho autónomo assíncrono.

No quadro da formação inicial para qualificação profissional de novas amas, a AKF tem promovido, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o percurso formativo de 150 horas, englobando cinco Unidades Formativas de Curta Duração (UFCD) do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) exigidas pelo Instituto de Segurança Social I.P., conforme Ponto 4 do Artigo 7.º, Decreto-Lei n.º 115/2015, de 22 de junho.

Propósitos e objetivos

O Guia de Supervisão para Técnicos de Enquadramento visa contribuir para o desenvolvimento de competências que sustentem a implementação de uma pedagogia participativa na creche familiar através de processos de supervisão/acompanhamento e de formação.

Através da criação deste guia, pretende-se contribuir para a reflexão sobre crenças e práticas do trabalho de acompanhamento e supervisão de amas enquadradas na resposta de creche familiar de centros de educação de infância. Pretende-se assim, incentivar processos reflexivos sobre:

1. A inclusão das amas na equipa alargada e no quotidiano da instituição de enquadramento (valores e missão).
2. A articulação entre a implementação de uma pedagogia explícita em creche e o trabalho educativo desenvolvido nos domicílios das amas.
3. A participação e coautoria de documentos e instrumentos orientadores da sua prática educativa.
4. Os processos de monitorização e avaliação, e o impacto do processo de apoio e acompanhamento dos técnicos de enquadramento/supervisores na qualidade das práticas educativas das amas.

O guia apresenta uma componente prática à luz de um enquadramento teórico, referenciando aspetos da pedagogia para a infância e da formação de adultos que sustentam a prestação de um serviço integrado, assim como abordagens de supervisão pedagógica para práticas educativas de qualidade na resposta de ama/creche familiar.



**Parte I — Cuidado e educação
na primeira infância**

1.1 A qualidade na educação de infância: fundamentos e princípios

Hodiernamente, é indiscutível a importância do atendimento de qualidade na primeira infância, impondo que a educação das crianças dos 0 aos 3 seja priorizada como a primeira etapa de um processo de educação ao longo da vida (CNE, 2011).

Estudos desenvolvidos na área das ciências do cérebro corroboram a enorme relevância da qualidade dos cuidados e das interações nos primeiros meses e anos de vida por serem cruciais para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança (Oliveira-Formosinho & Araújo, 2013).

Entende-se que a visão integrada da educação de infância é transversal a qualquer modalidade de atendimento e com um enfoque educativo de qualidade.

A versão revista e atualizada das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE), documento publicado originalmente em 1997, foi homologada pelo Despacho n.º 9180/2016, de 19 de julho, e referencia a creche e o jardim-de-infância enquanto contextos educativos destinados à educação e cuidados das crianças, existindo “uma unidade em toda a pedagogia para a infância (...)” (Silva *et al*, 2016, p.8). As autoras afirmam ainda que “(...) o trabalho profissional com crianças em idade de creche e de jardim de infância tem fundamentos comuns, devendo ser orientado pelos mesmos princípios educativos (...)” (...) “sendo de destacar, neste processo, a qualidade do clima relacional em que cuidar e educar estão intimamente interligados” (ibidem). Nesta perspetiva, conceptualiza-se que esta unidade na pedagogia para a infância, fundamentada nos mesmos princípios, contempla todas as respostas educativas e modalidades de atendimento dos 0 aos 6 anos de idade.

Na implementação de uma pedagogia para a infância de qualidade, o adulto preconiza uma prática profissional que integra: (1) o desenvolvimento e aprendizagem enquanto vertentes indissociáveis por se encontrarem intrinsecamente interligados, numa visão holística de educação e entendendo a criança como um todo; (2) o reconhecimento da criança como sujeito e agente do processo educativo e o seu papel ativo na co-construção e autoria desse mesmo processo; o apoio a esses processos numa perspetiva inclusiva ao ter como (3) exigência a resposta a todas as crianças, incentivando, estimulando e criando oportunidades que permitam a (4) construção articulada do saber, privilegiando o brincar como potenciador da aprendizagem através da exploração e da descoberta.

1.2 O atendimento 0-3 na resposta de creche familiar

Uma breve contextualização histórica

A existência de contextos extrafamiliares, creches e amas, enquanto resposta a crianças na faixa etária dos 0 aos 3 anos, tornou-se crescente nas últimas décadas na sequência da entrada da mulher no mundo laboral. Este acontecimento deveu-se não só a fatores económicos, mas também a motivos de afirmação ao seu direito de realização profissional, algo que, naturalmente, veio provocar alterações no papel da mulher na sociedade (Oliveira-Formosinho, 2011).

Os primeiros equipamentos de apoio à primeira e segunda infância – creches e jardins de infância – são criados nos finais dos anos 60 devido a mudanças sociais. Estes equipamentos asseguravam uma resposta durante o horário laboral das famílias ou, eventualmente, durante outros impedimentos temporários. Santos (1988) refere que, embora “nem sempre considerados satisfatórios, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos” (...), “interessava expandir e desenvolver as creches, ainda que se considerasse que a família era o meio natural para a educação das crianças.” (p.19). Surge, assim, igualmente, o serviço de amas e de creche familiar, alargando as opções das famílias relativamente às modalidades de atendimento para a primeira infância, e fomentando, simultaneamente, a criação de novos postos de trabalho.

“Após a década de 70, a necessidade de criar mais instituições para as crianças pequenas foi cada vez mais sentida, observando-se gradualmente a substituição do espírito caritativo e assistencial por uma nova conceção educativa” (Cardona, 1988, p.27), sendo então criada, em 1978, a rede de expansão da educação pré-escolar (3-6) sob a tutela do Ministério da Educação. As respostas para a primeira infância (0-3) – creche, amas e creches familiares –, mantêm-se asseguradas pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Conforme o Art.º 18º da Convenção dos Direitos da Criança, durante o período de trabalho dos pais é assegurada às crianças o acesso a uma rede de serviços e de equipamentos pertencentes a estruturas de Segurança Social (Santos, 1988). No novo sistema pós-revolução, a educação pré-escolar passa a definir-se como um objetivo que intenta a promoção do bem-estar social da população e o desenvolvimento das potencialidades das crianças (Decreto-Lei n.º 542/79).

Esta separação em termos de tutela ainda hoje se mantém pelo que os serviços de educação de infância encontram-se dependentes de dois ministérios distintos: o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Um breve enquadramento legal

A creche familiar apresenta-se, desde a sua formalização legal – nomeadamente através do Decreto-Lei n.º 158/84 e do Despacho Normativo n.º 5/85 – como uma resposta, educativa e social, assegurada por um conjunto de amas devidamente certificadas para o exercício da atividade.

A resposta social de ama é desenvolvida através do serviço prestado por uma pessoa competente e devidamente capacitada que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de uma a quatro crianças (até aos três anos ou até à idade de ingresso na rede de educação pré-escolar) que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2.º grau da linha colateral, por um período correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

A resposta de creche familiar compreende um conjunto de amas (não inferior a 12 nem superior a 20), residentes na mesma zona geográfica e enquadradas, técnica e financeiramente, por uma Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS), tal como as Misericórdias (Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de maio).

Constata-se que a escolha de muitas famílias, ao recorrerem à modalidade de atendimento de ama/creche familiar, prende-se com a perspectiva desta resposta melhor se adequar aos seus horários laborais (CNE, 2018).

Em 1985, a regulamentação legal e jurídica potenciou a renovação da imagem e do papel da ama, pois “(...)

foram manchete dos meios de comunicação social. Saíram do anonimato, foram valorizadas na sua função e passaram a sentir-se reconhecidas. A atividade de ama deixou de ser uma atividade doméstica que apenas diz respeito à mulher.” (Santos, 1988, p.35).

Em 2015 é promulgado um Decreto-Lei estabelecendo os novos termos e condições para o acesso à profissão e o exercício da atividade de ama, e ainda o respetivo regime sancionatório aplicável à referida atividade. Esta promulgação surge no prosseguimento do trabalho desenvolvido pela Comissão para a Política de Natalidade em Portugal, perspetivando o alargamento do serviço. A 22 de fevereiro, com a publicação do Decreto-Lei n.º 2115/2015 define-se a atividade das amas enquanto liberalizada e regulada, sendo progressiva a sua desvinculação ao Estado (CNE, 2018).

Apesar dos propósitos máximos desta liberalização, sérias preocupações emergem, conforme apontado pelo CNE (2018) sobre as amas não enquadradas: “deixando estes/as profissionais de ter um acompanhamento permanente por parte de técnicos/as especializados (educadores/as de infância profissionais), vemos com especial preocupação as condições efetivas para prestarem um serviço de qualidade” (p.283).

Considera-se que esta realidade expõe a grande fragilidade de uma atividade profissional sem a devida supervisão. Apenas o enquadramento do serviço permite garantir uma prestação de qualidade e que implica, indubitavelmente, a monitorização e avaliação sistemática da ação profissional.



1.3 A co-construção de uma pedagogia participativa na creche familiar

Entende-se que a partilha de relatos de experiência podem apoiar os profissionais e as instituições na construção de uma pedagogia participativa em creche familiar ao estimular a reflexão e a discussão interna e a necessária adequação de práticas educativas a cada contexto.

Propomo-nos, assim, a relatar os processos vivenciados no Centro Infantil Olivais Sul (CIOS) aquando da gestão da AKF e, em concreto, no âmbito no trabalho desenvolvido na creche familiar.

No decorrer do projeto trabalhou-se na construção de um referencial pedagógico comum assente na transformação das práticas educativas e conseqüente reconstrução das conceções do papel do adulto e da imagem de criança.

A creche familiar do Centro Infantil Olivais Sul (CIOS)

O Centro Infantil Olivais Sul (CIOS) abriu as suas portas em 1978. Sendo um estabelecimento integrado no Instituto de Segurança Social, IP (ISS) – Centro Distrital de Lisboa, o Centro foi gerido diretamente por este órgão público até julho de 2009.

No âmbito de um protocolo celebrado com o Instituto o Centro, passou a ser gerido pela Fundação Aga Khan Portugal (AKF) em parceria com a Associação Criança (Oliveira-Formosinho e Formosinho, 2001), a partir de agosto de 2009, desenvolvendo em creche e em jardim-de-infância uma perspetiva pedagógica de qualidade para a educação: a Pedagogia-em-Participação (Formosinho & Oliveira-Formosinho, 2008; Oliveira-Formosinho & Formosinho, 2011). Na creche familiar foi sendo construído um caminho nessa direção, desenvolvendo-se o projeto de investigação-ação “Construir pedagogias participativas na creche familiar”.

O projeto incidiu na adaptação e experimentação de um modelo de acompanhamento e formação de amas para um serviço integrado e de qualidade. No decorrer do projeto trabalhou-se na construção de um referencial pedagógico comum assente na transformação das práticas educativas e conseqüente reconstrução das conceções do papel do adulto e da imagem de criança. Considera-se que este referencial, integrado no Programa de Educação e Desenvolvimento da Infância da AKF e sob a orientação e supervisão científico-pedagógica da Associação Criança, foi sendo co-construído e apropriado, ao longo de todo o processo, pelas profissionais envolvidas: amas e técnicas de enquadramento.

A creche familiar do CIOS enquadrava, em 2009, 18 amas e três técnicas de enquadramento sob o acompanhamento e supervisão de uma coordenadora pedagógica, dando resposta a 72 crianças.

Definidas as referências para uma melhoria dos serviços educativos da resposta optou-se, ao nível teórico, por uma progressiva contextualização da Pedagogia-em-Participação associada a instrumentos de observação e monitorização da qualidade (Pascal & Bertram, 2002, 2006; Highscope Educational Research Foundation, 2009). Analisadas diversas possibilidades para monitorizar a qualidade em geral e os ganhos educativos das crianças, tomou-se como opção um conjunto de instrumentos: a TARGET (ficha de observação das oportunidades educativas) para avaliação das oportunidades de aprendizagem das crianças; a Escala de Envolvimento da criança (Laevers, 1994), permitindo a análise do envolvimento da criança nas atividades realizadas e observadas; e, a Escala de Empenhamento do Adulto (Laevers, 1993) para analisar os estilos de interação adulto-criança. Foi ainda identificado e utilizado o *Family Child Care PQA* (Highscope Educational Research Foundation, 2009) com o propósito de analisar a qualidade geral dos contextos educativos (o contexto domiciliar de cada ama) em conjugação com os



instrumentos anteriormente referidos. Através da utilização destes instrumentos foi possível monitorizar e avaliar o processo de reconstrução das concepções de criança e da imagem do adulto (em concreto sobre o papel educativo da ama) assente na observação e avaliação das aprendizagens das crianças e dos adultos.

A construção de um ambiente educativo verdadeiramente promotor da aprendizagem da criança é, naturalmente, algo complexo e de grande influência para a qualidade da resposta. Tornou-se essencial o apoio contextualizado e em parceria – a formação em contexto – por reconhecer e respeitar que os focos e os propósitos da formação apenas emergem numa transformação praxiológica centrada no quotidiano educativo. A formação em contexto permite a transformação, assente em verdadeiros processos colaborativos, mediados e em companhia (Oliveira-Formosinho, Azevedo & Mateus-Araújo, 2009).

A **parceria construída entre amas e técnicas** teve como pilar a formação em contexto em articulação com referenciais teórico-práticos: Quadro das Dimensões da Pedagogia (Oliveira-Formosinho, 1998-2011) e a utilização de instrumentos de observação e avaliação da qualidade – Baby EEL (Pascal & Bertram, 2009) e *Family Child Care PQA* (Highscope Educational Research Foundation, 2009).

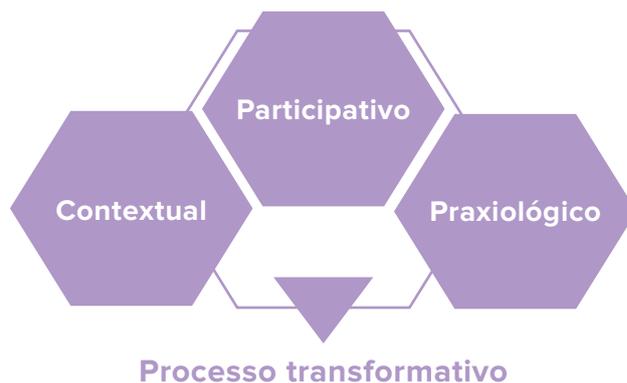
O quadro teórico das Dimensões da Pedagogia (Oliveira-Formosinho, 1998-2011) permitiu um trabalho de **implementação e desenvolvimento de dimensões do ambiente educativo** em algumas das suas dimensionalidades: espaço e materiais, tempo, interações, observação, planificação e avaliação, e, atividades.

A par deste trabalho enfatizou-se a importância da consolidação de uma parceria efetiva entre ama e técnica – **construção de uma equipa educativa colaborativa** –, como um caminho a percorrer para a **construção da identidade profissional** e do **desenvolvimento profissional contínuo**, inerentes à melhoria da qualidade dos serviços prestados por esta resposta educativa.

Ao longo de oito anos vivenciou-se um processo intenso, naturalmente lento e que foi paulatinamente revelando o seu progresso. Um processo naturalmente lento, mas muito gratificante. Um processo que englobou um itinerário de aprendizagem individual, em interatividade com os contextos de vida de cada ama e com os contextos de ação pedagógica.

A co-construção de saberes na creche familiar, assente nos princípios democráticos e plurais, teve como alicerces três pressupostos: o contexto, a participação e a práxis.

O processo de transformação decorreu de uma formação situada ao atender ao contexto da instituição e ao contexto da casa de cada ama, a par do respeito pela identidade de cada profissional e pelo seu ritmo de desenvolvimento.



A criação de espaços-tempos para encontros de partilha e de reflexão promoveram a participação de todos os agentes e a construção de aprendizagens partilhadas.

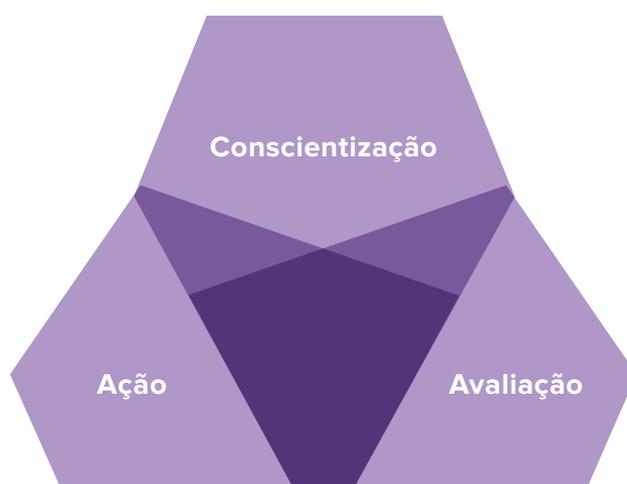
Este percurso, contextual e participativo, desenvolveu-se através do encontro de saberes, relacionando os referenciais teóricos com a prática educativa através da criação de pontes entre investigadores e profissionais.

A escuta das crenças, dos valores e dos saberes construídos ao longo das suas histórias de vida e dos seus percursos profissionais, permitiu criar diálogos sobre a imagem de criança e a imagem de adulto.

Esta reflexão acompanhada promoveu a conscientização de competências adquiridas e a identificação de necessidades formativas, situadas e partilhadas, para melhorar o serviço prestado a crianças e suas famílias.

Colaborativamente estabeleceu-se como propósito co-construir um ambiente educativo alicerçado nos princípios democráticos e no respeito pela diversidade, garantindo o acesso das crianças a uma educação de qualidade (Bertram & Pascal, 2009).

A reflexão constante, na ação e após a ação, possibilitou uma avaliação dos avanços e retrocessos vivenciados pelos agentes e a redefinição de novos propósitos, partindo dos sucessos anteriormente alcançados.



Na concepção de uma resposta de qualidade na creche familiar – através do desempenho dos seus principais intervenientes (amas, técnicas de enquadramento, crianças e suas famílias) – considera-se, fundamental, desenvolver a capacidade de escutar a criança, procurando uma integração de cuidados e educação e valorizando a forma lúdica de aprender (Kishimoto, 2003).

Este processo experimental conduziu à concepção e definição dos pressupostos inerentes e determinantes para a prestação de um serviço de qualidade que integre verdadeiramente cuidados e educação, e que respeite a agência da criança e o seu direito à participação e coautoria.

Os seis princípios para um serviço de qualidade

Cada instituição tem a sua cultura organizacional apresentando um conjunto de características muito próprias que contribuem para o bem-estar individual e coletivo dos seus colaboradores. As políticas organizacionais de uma instituição influenciam fatores como, por exemplo, a motivação e o empenho dos seus profissionais, podendo ter, conseqüentemente, impacto na qualidade do serviço que é prestado. Torna-se por isso, fundamental, que os profissionais conheçam, compreendam e compartilhem dos princípios e valores da sua organização.

O conceito próprio de cultura organizacional, por parte de cada instituição, acaba por determinar o tipo de orientação dada aos seus colaboradores. Por sua vez, esta orientação vai implicar nas ações, no comportamento e na prática profissional de cada colaborador através daquilo que a instituição preconiza (crenças, princípios e valores, regras de conduta e políticas de gestão).

Embora cada instituição tenha a sua identidade própria, existe um conjunto de aspetos-chave de gestão

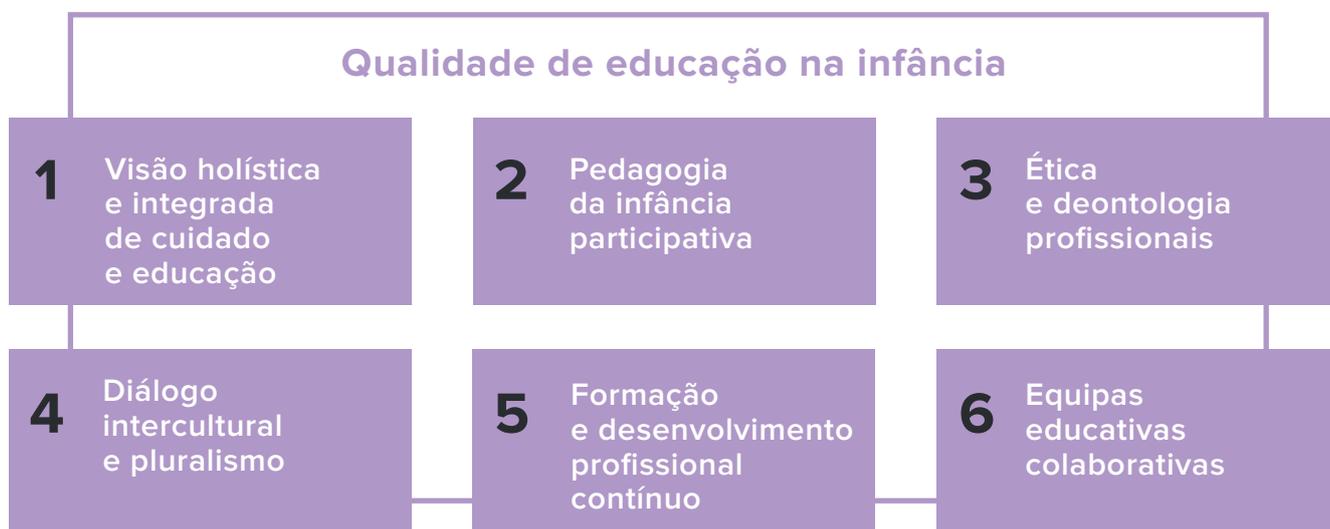
organizacional e pedagógica que não deve ser descuidado quando falamos de uma educação de infância de qualidade. Com base no processo de experimentação da AKF – de co-construção de uma pedagogia participativa na creche familiar do Centro Infantil Olivais Sul – consideramos, enquanto proposta pedagógica para a qualidade em creche familiar, uma abordagem assente em seis princípios:

Princípio 1 – Visão holística e integrada de cuidados e educação

Na pedagogia para a infância, na qual se concebe creche e jardim-de-infância, reconhece-se a existência de uma interligação intrínseca entre cuidado e educação. Esta visão holística e integrada de educação e cuidados na infância entende que o processo educativo não é compartimentado, englobando, simultaneamente, o cuidar e o educar numa perspetiva de promover o desenvolvimento e a aprendizagem da criança num clima relacional e de bem-estar.

Cuidar “refere-se às interações adulto/criança, caracterizadas por um elevado grau de respeito, confiança, aceitação e estimulação verbal, desenvolvidas num clima emocional de relações positivas entre adultos e crianças e entre crianças, que proporcionam múltiplas oportunidades de aprendizagem. Em educação de infância, cuidar e educar estão, por isso, intimamente ligados” (Silva et al, 2016, p.106).

Defende-se a imagem de um profissional sensível, reflexivo e responsivo que valoriza os cuidados, a par dos momentos de brincadeira. Estes momentos diversos que compõem o quotidiano educativo são, no seu todo, entendidos como experiências educativas significativas para a criança. Cabe aos profissionais agir em concordância e em coerência com este conceito de integração alicerçados numa pedagogia participativa. Por conseguinte, assegurar a qualidade da educação e dos





cuidado na primeira infância, torna-se essencial com vista a proporcionar o melhor começo de vida a todas as crianças e suas famílias.

Princípio 2 — Pedagogia da infância participativa

Para Dewey (1967) a escola reflete a vida representando as vivências presentes de cada indivíduo. Enquanto instituição social, a escola é palco da conexão entre educação e experiência individual. E é na liberdade e na democracia que se constroem os alicerces de uma sociedade onde todos participam. A escola é vida, traduzindo-se num palco ativo de aprendizagens.

A ética apresenta-se como o conjunto de regras de conduta que norteiam o indivíduo e se entrecruzam com as suas responsabilidades individuais e sociais; a deontologia profissional remete-nos, por sua vez, para o conjunto de deveres, princípios e normas adotado por um grupo profissional.

Uma pedagogia participativa incorpora o direito da criança à participação, reconhecendo-a enquanto indivíduo ativo e competente naquilo que é o seu pensamento, ação e voz. Essa é a imagem de criança que respeita verdadeiramente os seus direitos: “(re)posicionar as crianças no centro da acção educativa, mobilizando as suas competências, as suas identidades e a sua participação” (Tomás, 2012, p.126). Os adultos “apoiam as suas crianças no processo de aprender e de aprender a aprender, abrindo com eles as portas do conhecimento e do poder do conhecimento” (Formosinho & Figueiredo, 2014, p.29). No seu processo de exploração natural, a criança aprende e reflete, mediada pelo adulto, sobre as aprendizagens e sobre os novos conhecimentos que vai construindo.

Princípio 3 — Ética e deontologia profissionais

Existem princípios relevantes que determinam a postura ética de cada profissional no âmbito do exercício da sua profissão. A ética apresenta-se como o conjunto de regras de conduta que norteiam o indivíduo e se entrecruzam com as suas responsabilidades individuais e sociais; a deontologia profissional remete-nos, por sua vez, para o conjunto de deveres, princípios e normas adotado por um grupo profissional. Estes dois conceitos encontram-se intrinsecamente interligados, pois traduzem-se em ações, comportamentos e condutas (competências ético-deontológicas) que regem o indivíduo no exercício e desempenho da sua atividade profissional.

Importa reforçar que “(...) nas diversas dimensões profissionais em que o educador de infância está implicado, são sempre a qualidade do atendimento e o bem da criança que norteiam a sua conduta” (Rosa, 2011, p.24).



A esta afirmação vemos incluída a premissa de que uma prática sustentada na ética se estende a todos os agentes educativos e profissionais de educação de infância.

Para Moita (2012), a Carta de Princípios para uma Ética Profissional (publicada e divulgada pela APEI), constitui-se num documento não prescritivo que revela o “compromisso na aplicação de alguns princípios relevantes nos vários domínios onde a sua responsabilidade está presente” (p.17).

Existem quatro princípios basilares enquanto referência ética e que são norteadores da ação profissional: competência, responsabilidade, integridade, respeito. Cada princípio congrega compromissos para o nosso agir enquanto pessoa, mas também enquanto profissionais na relação e interação com as crianças, as famílias, a equipa de trabalho, a entidade empregadora, a comunidade e a sociedade.

Na área da educação vemos, naturalmente, assumidos compromissos claros com todos os participantes do universo educativo (crianças, famílias, comunidades e sociedade), pois a ação de cada profissional influencia, necessariamente, aqueles que este encontra no decurso da sua prática. O estilo de relacionamento que o profissional estabelece deve enquadrar-se num modo de agir adequado, justo e correto.

Princípio 4 — Diversidade e interculturalidade

Um modo de agir adequado, justo e correto embarca a responsabilidade e o compromisso de cada indivíduo cultivar as identidades e as relações através da interculturalidade e do respeito pela diversidade.

Na AKF reconhece-se a Educação como um Direito fundamental que integra uma ética pluralista. O investimento feito, ao longo de três décadas, tem tido como enfoque assegurar ambientes de aprendizagem intercultural com oportunidades de participação e de realização do potencial de cada indivíduo. Entendem-se os adultos e as crianças como aprendentes com conhecimentos, capacidades, atitudes e valores.

Nas diversas dimensões da sua intervenção a AKF tem contribuído para a valorização de uma pedagogia com a participação ativa e dialogada de todos, ou seja, centrada na agência e na co-agência do aprendente, apoiando a construção de ambientes democráticos promotores de uma cidadania ativa e responsável numa sociedade cosmopolita e pluralista que reconhece a diversidade como uma força.

Pretende-se a construção de ambientes educativos inclusivos e de práticas diferenciadas que reconheçam as similitudes e as diferenças, garantindo a equidade e a igualdade de oportunidades e de género, olhando a diversidade como um meio de enriquecimento pessoal, social e curricular.

O reconhecimento e valorização das características individuais de cada criança permite criar respostas assentes numa perspetiva de educação inclusiva e adaptadas a cada criança. Cabe ao adulto criar oportunidades que permitam à criança realizar todas as suas potencialidades.

Torna-se fundamental reforçar a importância do envolvimento das famílias no quotidiano educativo. Cada família embarca um património cultural rico em saberes, tradições, valores e costumes. Esta participação deve ser também estendida a outros parceiros existentes na comunidade, sendo de enorme enriquecimento para a jornada de aprendizagem de cada criança.

Princípio 5 — Formação e desenvolvimento profissional contínuo

O desenvolvimento profissional engloba uma jornada de aprendizagem sustentada em processos de reflexão e de formação contínua, objetivando a melhoria e a adequação da prática profissional através da aquisição e do desenvolvimento de competências.

A qualidade dos serviços prestados não exige somente às organizações o investimento nos seus colaboradores através da promoção de processos de formação contínua, mas também o investimento em processos de monitorização e supervisão das práticas. Folque (2014) enfatiza a correlação entre o papel das instituições e a inovação e melhoria dos serviços que prestam através do investimento na capacitação e formação dos seus colaboradores. A autora destaca que, para além da dimensão de apoio ao “(...) desenvolvimento e aprendizagem das crianças e no apoio às famílias e comunidades”, torna-se necessário prosseguir no “(...) esforço de

construção de conhecimento teórico-prático que sustente o desenvolvimento da qualidade dos serviços de educação e cuidados e a qualidade das práticas educativas neles desenvolvidas” (p.9).

O desenvolvimento profissional é um processo que decorre no âmbito do desempenho da função e que, inerentemente, influencia e é influenciado pelo contexto organizacional em que ocorre. O compromisso e empenho por parte das organizações, torna-se, assim sendo, de enorme relevância para que sejam promovidos processos de desenvolvimento profissional para uma melhoria contínua, significativa e contextualizada, a par com mudanças inovadoras.

Vasconcelos (2011) alerta para o investimento fundamental nas respostas para a primeira infância, reforçando esta necessidade ao revisitar essas mesmas recomendações (CNE, 2011). Esse investimento passa por, nomeadamente, garantir a “profissionalização das amas e uma profissionalização e especialização dos/as educadores/as especificamente para o atendimento em creche ou para a supervisão das amas ou creches familiares” (Vasconcelos, 2018, p.21). Em 2015, o Governo decretou a profissionalização das amas (Decreto-Lei 115-2015). No entanto, continua a ser necessário reconhecer a intencionalidade existente nestas respostas. E “a qualidade exige o reconhecimento do trabalho dos/as educadores/as em creche como docência, nomeadamente através da formação contínua, especializada e pós-graduada em creche e outras modalidades de atendimento à 1ª infância” (Vasconcelos, 2018, p.24).

Princípio 6 — Equipas educativas colaborativas

O trabalho colaborativo contribui para a construção da identidade profissional, favorecendo, simultaneamente, o desenvolvimento pessoal que a ação do grupo favorece: “uma das evidências da cultura colaborativa é que o “eu” tende a ser substituído pelo “nós” (...) (Formosinho & Machado, 2000, p.33).

A existência de uma equipa colaborativa promove o desenvolvimento de uma prática profissional acompanhada e sustentada pelos diálogos e reflexões conjuntas, ou seja, promove o desenvolvimento profissional em contexto. Estas dinâmicas sustentam uma articulação e uma coerência entre as práticas desenvolvidas pelos profissionais, potenciando uma maior adequação e coerência da ação profissional.

Conceptualizam-se os adultos como aprendentes colaborativos que, através da partilha, debate e reflexão conjunta do que emerge do trabalho pedagógico e dos instrumentos de planeamento e avaliação em que se apoiam, privilegiam o desenvolvimento profissional e a melhoria das práticas (Silva *et al*, 2016).

As práticas de trabalho colaborativo sustentam-se nos processos participativos, reflexivos e dialógicos cujo enfoque são os contextos e as ações. Colaborativamente, a equipa torna-se capaz de responder às mutações que a comunidade vai apresentando, potenciando a inovação e adequação crescente da sua ação. Ressalva-se, no entanto, que o conceito de colaboração é limitativo para o diálogo plural e para a diferenciação, ambos mediados por um dos elementos do grupo/equipa, enquanto que no conceito de cooperação essa limitação apenas depende da capacidade dialógica do grupo/equipa; o grupo/equipa é quem medeia e conduz o diálogo e a reflexão sobre as práticas preconizadas.



Parte II — Práticas de supervisão
na creche familiar



Considera-se que o conjunto de seis princípios, apresentados anteriormente, – educação e cuidados integrados, pedagogia participativa, ética e deontologia profissionais, diversidade e diálogo intercultural, equipas educativas colaborativas, formação e desenvolvimento profissional – devem sustentar a visão e missão das organizações (centros de educação de infância) e, inerentemente, a ação dos técnicos de enquadramento, ou seja, práticas de supervisão técnica.

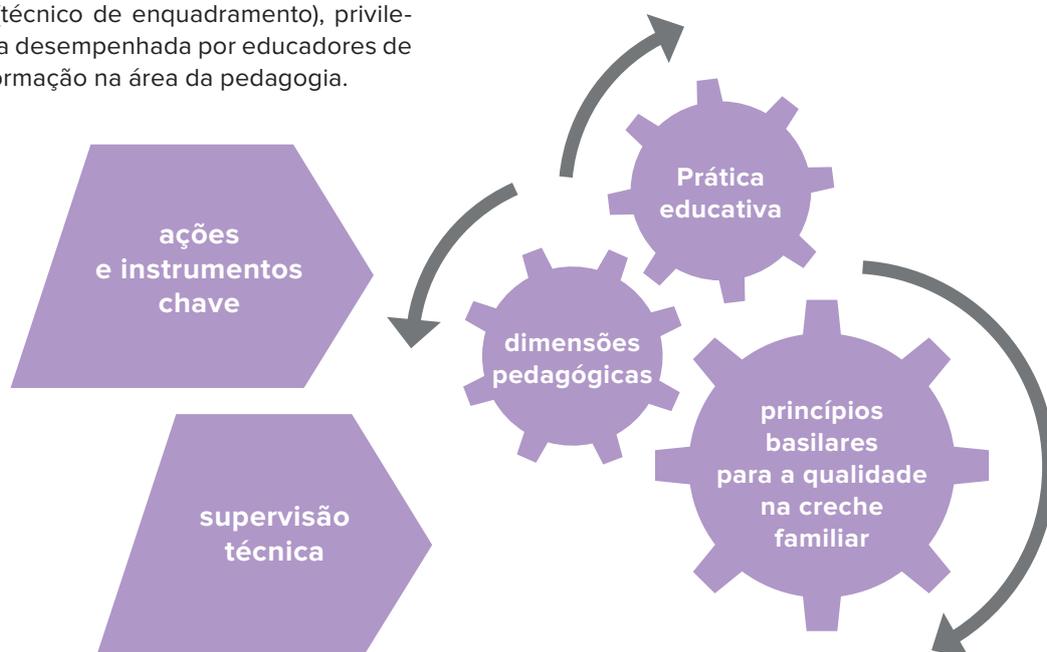
Nesta perspetiva, consideramos que a supervisão sustentada organizacionalmente agrega as seguintes dimensionalidades: o perfil de desempenho dos dois profissionais (ama e técnico de enquadramento), as dimensões pedagógicas do ambiente educativo e as ações e instrumentos-chave presentes no dia-a-dia da creche familiar.

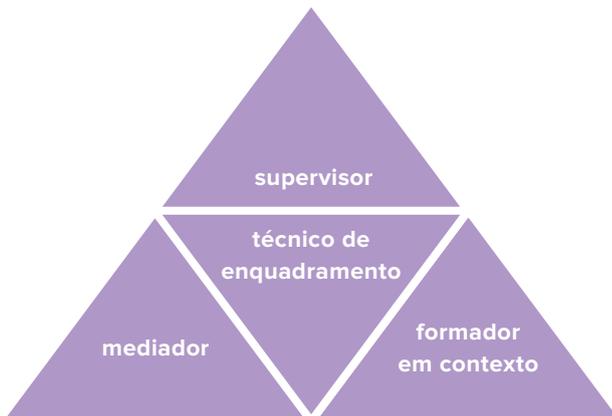
Importa salientar que, relativamente à função de supervisor pedagógico (técnico de enquadramento), privilegia-se que esta seja desempenhada por educadores de infância pela sua formação na área da pedagogia.

2.1 A supervisão

Numa perspetiva de qualidade do serviço prestado, consideramos que o acompanhamento técnico engloba uma prática supervisiva e pedagógica, apoiando processos promotores de desenvolvimento profissional. Ao empenhar-se na criação de um ambiente formativo, o técnico de enquadramento propicia a aquisição e o desenvolvimento contínuo de competências que, por sua vez, influenciam, significativamente, a adequação das abordagens pedagógicas e, conseqüentemente, a qualidade da prática educativa.

No contexto da sua ação profissional, e segundo a perspetiva que aqui se apresenta, consideramos que a função de técnico de enquadramento alberga uma tríade de papéis inerentes à própria função: supervisor, mediador e formador-em-contexto.





O **supervisor** desempenha um papel de suporte, contribuindo, a par e passo com a entidade organizacional, para a criação e sustentação de um ambiente formativo promotor da construção e do desenvolvimento profissional, apoiando, orientando e regulando (Alarcão & Roldão, 2008). Esta conceção de ambiente integra uma rede de apoio dialógica e responsiva, ao questionar e desafiar, sendo simultaneamente interativa e participativa, dando voz e espaço de ação a todos os seus participantes.

Enquanto **mediador**, o técnico de enquadramento apresenta-se como um amigo crítico que questiona e apoia a sustentação da prática na teoria. Intenta, também, conduzir e reforçar o desenvolvimento de uma perspetiva pedagógica comum e a coerência de práticas em toda a instituição, pois “a mediação pedagógica retira a aprendizagem profissional do isolamento de um desenvolvimento profissional solitário promovendo, antes, um desenvolvimento profissional cooperado” (Oliveira-Formosinho, Azevedo & Mateus-Araújo, 2009, p.83).

Esta mediação é desenvolvida em parceria com os profissionais e atendendo ao que emerge dos seus contextos de trabalho pelo que o técnico de enquadramento se constitui também num **formador-em-contexto**. “Na formação em contexto, desenvolve-se, de forma mediada e em companhia, uma definição local e colaborativa dos objetivos para a transformação praxiológica, isto é, promove-se uma centração no quotidiano praxiológico onde colaborativamente emergem os focos e propósitos da formação” (Oliveira-Formosinho, Azevedo & Mateus-Araújo, 2009, p.83).

A formação contínua, numa conceção de **formação-em-contexto**, integra momentos de partilha e de reflexão com os educadores de infância (técnicos de enquadramento) e com outras amas. Realçam-se os seus ganhos através de testemunhos:

Acho que as reuniões com as amas são importantes para estarmos juntas e partilharmos ideias umas com as outras (Educadora S., notas de campo, junho 2016).

As reuniões com as educadoras ajudam-me a melhorar como ama. Sinto que tenho vindo a melhorar, a fazer coisas que não fazia. Para mim é muito gratificante (Ama M., notas de campo, junho 2016).

A Fundação ajuda-me a sentir mais confiante por todo o apoio que nos dá (Ama E., notas de campo, junho 2016).

Ao longo deste processo aprendi muito e melhorei a minha forma de estar e trabalhar com as crianças. Mas a melhor coisa de ser ama é acordar de manhã e começar o dia com o sorriso das crianças (Ama E.L., notas de campo, junho 2016).

Neste conjunto de testemunhos percebe-se a existência de uma comunidade de aprendizagem que assegura o desenvolvimento profissional e de uma organização que cria condições para o trabalho colaborativo. Noutros contextos educativos, tal pode implicar a necessidade de transformação da cultura das próprias instituições, todavia é algo indispensável para, conseqüentemente, transformar as práticas docentes e assegurar a qualidade dos serviços prestados.



Ao serem vivenciadas práticas de trabalho colaborativo potencia-se uma maior adequação e coerência da ação profissional, uma vez que esta vivência, tal como anteriormente referenciado, é sustentada por processos participativos, reflexivos e dialógicos com enfoque nos contextos e nas ações, e respeitando as identidades e os saberes em presença.

A implementação de uma pedagogia participativa, no contexto educativo, integra a participação de todos os seus atores o que implica, inerentemente, a criação de uma comunidade de aprendizagem.

Em uma comunidade de aprendizes, todos os participantes são ativos; ninguém tem toda a responsabilidade, nem ninguém é passivo.

— Rogoff, Matusov & White, 2000, p.329

2.2 Perfis de desempenho e competências-chave

Mas como se concretiza no quotidiano a vertente de supervisão desempenhada por um técnico de enquadramento? Quais as tarefas inerentes ao trabalho de apoio e acompanhamento das amas?

Sendo a finalidade deste guia constituir-se num recurso de apoio ao papel de supervisor do técnico de enquadramento, torna-se necessário compreender a especificidade da sua ação, e também a especificidade da ação da ama, em termos de funções e tarefas na definição de um perfil de desempenho profissional.



A prática profissional engloba um conjunto de competências-chave essenciais para um bom desempenho da profissão. Entende-se por competência o conjunto de conhecimentos, capacidades, atitudes e valores, traduzidas no saber, saber-fazer e saber-ser.

O sucesso profissional enquadra a capacidade de adaptação, resolução de problemas, iniciativa e inovação. O perfil de desempenho de cada um dos profissionais em referência (ama e técnico de enquadramento) integra determinadas competências que alavancam ações adequadas e concertadas durante a ação diária.

Aspetos transversais da ação do Técnico

No âmbito do desempenho da sua função de enquadramento, o técnico acompanha o grupo de amas, providenciando apoio e orientação pedagógica, individualizados e coletivos, nos quais se diferenciam os seguintes tipos de interação:

Interação Técnico-Ama

- Assegurar que os papéis e responsabilidades – técnico e ama – são compreendidos e cumpridos, esclarecendo a articulação e comunicação necessária entre estas duas posições.
- Assegurar processos de implementação de uma pedagogia participativa através da partilha de saberes e de princípios orientadores, assim como de um acompanhamento próximo e modelar, sistemático e regular.
- Apoiar a planificação das atividades e a sua intencionalidade educativa.

- Englobar e envolver a participação das amas na co-construção do projeto pedagógico, a par do plano de trabalho educativo (consultar Guia para Amas, p.57).
- Apoiar a interiorização de práticas de registo de observação das aprendizagens das crianças.
- Assegurar, em articulação com as amas, a construção dos livros da criança.
- Garantir mecanismos de feedback em tempo real, de preferência sempre precedidos de reflexão sobre a ação da ama e sobre a ação do técnico.
- Estimular a auto e hetero-reflexão numa ótica construtiva e de crescimento/desenvolvimento profissional com impacto na ação educativa, incentivando a construção do portfólio de desenvolvimento profissional.
- Dar exemplos formulados positivamente e que exemplificam o comportamento que deve ser seguido pela ama, explicitando qual o suporte dado para a sua concretização.
- Garantir uma comunicação e relação dialógica ama-técnico mais próxima, numa lógica colaborativa e de cooperação.
- Planear estratégias em conjunto (trabalho colaborativo), incluindo as opiniões e a experiência da(s) ama(s) e a sua participação na tomada de decisões.
- Apoiar a organização do ambiente educativo (espaço, tempo, atividades).
- Organizar e realizar espaços-tempos privilegiando encontros e partilhas, concretizando formas adicionais de combater o isolamento, e garantindo o encontro entre pares.



- Garantir que os processos de monitorização e avaliação são participados e compreendidos de forma construtiva e continuada.
- Utilizar registos escritos e de vídeo (com a autorização da ama) da sua ação educativa como base de trabalho para a reflexão e análise conjunta, articulando-os com as competências desejadas.

Interação Técnico-Instituição

- Assegurar o acompanhamento técnico assente numa perspetiva de coerência com a missão e visão da instituição.
- Apoiar a organização dos espaços e tempos formativos.
- Apoiar a comunicação institucional com as famílias.
- Assegurar a co-construção do projeto pedagógico, envolvendo todos os participantes (amas, crianças e famílias) com envolvimento das famílias e da comunidade.
- Organizar momentos de encontro entre a creche familiar e as restantes respostas da instituição para consolidação de laços entre as crianças e adultos, assim como numa perspetiva de acompanhamento próximo e modelar através da observação direta de práticas educativas e pedagógicas.
- Organizar, em colaboração com a ama e com outros elementos da equipa, os processos de transição das crianças (ama-creche e/ou ama-jardim-de-infância), em articulação com as famílias;
- Assegurar, em articulação com a ama, o despiste de perturbações no desenvolvimento das crianças.

Interação Técnico-Família:

- Promover o conhecimento mútuo e o relacionamento positivo entre todos (amas-crianças-pais).
- Apoiar os processos de transição, integração e adaptação das crianças à casa da ama, garantindo o respeito pelos ritmos, características e necessidades individuais (emocionais, físicas, culturais, ...).
- Assegurar o acompanhamento dos processos de aprendizagem das crianças, a sua documentação pedagógica e monitorização-avaliação.
- Garantir a criação de espaços-tempos, formais e informais, para comunicação dos processos de aprendizagem das crianças.
- Apoiar a ama na criação de espaços e tempos para uma participação ativa das famílias.
- Apoiar os devidos canais de comunicação entre a instituição e as famílias.
- Assegurar, em articulação com a ama, o despiste de perturbações no desenvolvimento das crianças.

Interação Ama-Família

- Apoiar a ama na aquisição de estratégias de comunicação e interação com as famílias assentes na escuta ativa e condicentes com uma postura adequada, compreensiva, assertiva, educada e respeitosa.
- Trabalhar a interação com a família com a ama usando exemplos práticos e específicos. Integrar, nestes exercícios, a tomada de consciência e capacidade de observação no que concerne a: identidade da família, normas culturais, horários da família, interação entre os membros familiares.
- Trabalhar com a ama o estilo de linguagem e formas de comunicação a adotar que sejam as mais adequadas com a família, sempre com o intuito de respeitar a família.
- Garantir canais de comunicação eficazes, e nos formatos mais adequados, entre ama-família, técnico-família (integrando a ama e articulado com a ação da ama junto da família), e adequando o discurso a cada família.
- Criar relações de proximidade e de parceria com vista à co-construção do processo de aprendizagem das crianças.

Interação entre pares (amas)

- Potenciar a partilha de práticas, garantindo o encontro e o trabalho entre pares.
- Assegurar redes de apoio e suporte através de práticas de interajuda e colaboração, presenciais ou a distância.



Bibliografia

- Alarcão, I. & Roldão, M. C. (2008). Supervisão. Um contexto de desenvolvimento profissional dos professores. Mangualde: Edições Pedagogo.
- Azevedo, A. (2009). Revelando as aprendizagens das crianças: a documentação pedagógica. Tese de mestrado, policopiada, apresentada na Universidade do Minho: Instituto de Estudos da Criança. Braga.
- Decreto-Lei 115/2015 de 22 de junho. Diário da República, N.º 152/2015 – I Série. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Lisboa.
- Folque, M. A. Bettencourt, M. & Ricardo, M. (2015). A prática educativa na creche e o modelo pedagógico do MEM. Escola Moderna, 3 (6.ª série), 13-34.
- Instituto de Segurança Social (2019). Guia Prático – Apoios Sociais – Infância – AMAS. Lisboa: Instituto da Segurança Social I.P.
- Lopes da Silva, I., Marques, L., Mata, L. & Rosa, M. (2016). Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar. Lisboa: ME/DGE. Disponível em: http://www.dge.mec.pt/ocepe/sites/default/files/Orientacoes_Curriculares.pdf
- Moita, M. C. (2012). Para uma ética situada: dos profissionais de educação de infância – 1ª ed. - Lisboa: APEI.



Parte III — Perfil profissional da Ama

Enquadramento

«Ninguém educa ninguém. Todos nós educamos uns aos outros mediatizados pelo mundo».

— Paulo Freire (1975)

A criança não vive isolada. Ela habita a comunidade, uma casa, uma família com características próprias e valores singulares (culturais, sociais, ...) que precisam ser reconhecidos, conhecidos e respeitados. O trabalho com as crianças e famílias implica compromisso social e consciência de que é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança (provérbio africano). Isto é, o processo de aprendizagem e o desenvolvimento de qualquer criança acontece em companhia, exige diálogo, criação de redes e participação familiar e cívica.

A qualidade dos serviços de Educação e Cuidados para a Infância (ECI) e os seus benefícios e impacto, no imediato, mas também no sucesso futuro das crianças, das famílias e da sociedade em geral, dependem de um corpo profissional competente (líderes de centro educativo, educadores, amas, auxiliares de ação educativa, entre outros profissionais), adequadamente qualificado e motivado, que desenvolva a sua ação articuladamente, em equipa, a nível do grupo de crianças, das famílias e comunidade e da organização (centro ou outra estrutura de ECI), no quadro da diversidade e, simultaneamente, complementaridade de perfis, papéis, qualificações e responsabilidades.

Sendo o acesso e exercício da profissão regulamentados pela autoridade nacional competente responsável, considera-se que esta regulamentação deverá atender à existência de:

(1) Referencial de formação, englobando orientações para a organização e o desenvolvimento do processo formativo em função da saída profissional e do perfil específico de desempenho profissional.

(2) Desenho e disponibilização de processos de formação contínua em consonância com o perfil profissional e os desafios emergentes do quotidiano educativo, assegurando a expansão e reforço da profissionalidade das amas através do desenvolvimento de competências inerentes ao exercício da sua atividade.

(3) Supervisão pedagógica, assegurada por técnicos

e entidades competentes, apoiando a consciencialização cooperada dos conhecimentos e competências a aprofundar, e a desenvolver, na implementação de uma abordagem pedagógica participativa que visa a integração de educação e cuidados num Quadro de Qualidade em Educação.

(4) Percurso de desenvolvimento profissional crescente e contínuo, assente na aprendizagem, melhoria, inovação e sustentabilidade, e mediado por dinâmicas formativas (formais, informais e não formais), e de supervisão pedagógica.

(5) Reconhecimento da agência do adulto no seu direito a processos de aprendizagem participados e cooperados, e de isomorfismo pedagógico segundo uma abordagem de ensino e aprendizagem socio construtivista.

Enquanto princípios de referência ética e que sustentam uma construção identitária (Moita, 2012, p.21), enunciam-se:

- Competência — enquanto saber integrado, cientificamente suportado e em permanente reconstrução.
- Responsabilidade — enquanto atitude dinâmica que permite dar resposta correta, no sentido do bem do outro, e que exige uma mobilização pessoal atenta e solícita.
- Integridade — enquanto conjunto de atributos pessoais que se revelam numa conduta honesta, justa e coerente.
- Respeito — enquanto exigência subjetiva de reconhecer, defender e promover a intrínseca e inalienável dignidade da pessoa.

Princípios e compromissos que definem um modo de pensar e agir pessoal:

— Valorizar, respeitar e garantir os Direitos das crianças.

— Procurar uma atitude que tenha, claramente, valores assumidos e uma conduta que reúna atenção, respeito e confiança nos outros.

— Cuidar do seu bem-estar físico e psicológico de modo a responder adequadamente às exigências da profissão.

— Assumir a profissão na procura de uma articulação dialógica entre o eu pessoal e o eu profissional.

— Cuidar da sua formação contínua e estar disponível para adequar as suas práticas às exigências de uma profissão que se quer socialmente útil e cientificamente qualificada.

— Trabalhar em equipa, promovendo uma relação de confiança, de cooperação e uma prática examinada.

Na construção de uma identidade profissional em ECI, tomam-se como fundamentos:

— Adotar uma visão integral da educação e cuidado na infância [EDUCARE] que engloba a dimensão de educação, portanto, a aprendizagem e desenvolvimento da

criança, e a dimensão de cuidado, em termos da sua proteção e bem-estar.

A abordagem Educare é uma forma holística de trabalhar os cuidados e a educação das crianças mais novas. Bem-estar, aprender e brincar são vistos como inseparáveis e igualmente importantes. Educare é mais do que simplesmente garantir o bem-estar emocional e físico das crianças no contexto de educação de infância. Também implica pertencer e criar um ambiente inclusivo para a diversidade das crianças.

Van der Mespel et al, 2020, p. 14

— Adotar uma visão humanista, democrática, que valorize a diversidade no compromisso com abordagens educacionais participativas e inclusivas.

— Perfil profissional conformador de uma Identidade definido num quadro de papéis e competências próprias.

Competências profissionais da ama

Considera-se por competência um conjunto de dimensões observáveis que englobam conhecimentos essenciais para a competência, comportamentos ou práticas que demonstram a competência em ação, e atitudes que orientam essa mesma competência.

Os princípios de ética profissional envolvem diversos compromissos que, por sua vez, se refletem em seis dimensões da ação profissional enquanto eixos norteadores:





Síntese do perfil da ama:

Princípio e eixo norteador | Compromisso com a criança

Área de Competências | Desenvolvimento, aprendizagem e bem-estar

- Cuidados de saúde e bem-estar
- Proteção social
- Desenvolvimento e aprendizagem

Princípio e eixo norteador | Compromisso com a família e comunidade

Área de Competências | Comunicação positiva, articulação e colaboração

- Comunicação interpessoal diferenciada
- Escuta ativa e dialógica
- Diálogo, partilha e colaboração
- Adequação às especificidades de cada criança e família, tendo em especial atenção a diversidade social, cultural e económica
- Respeito e integridade
- Mobilização e trabalho em rede
- Valorização do trabalho na e pela comunidade

Princípio e eixo norteador | Compromisso com a construção da identidade profissional

Área de Competências | Desenvolvimento pessoal e profissional no quadro da qualidade dos serviços de ECI

- Formação e desenvolvimento pessoal e profissional

Princípio e eixo norteador | Compromisso com a equipa de trabalho

Área de Competências | Colaboração e cooperação com outros profissionais e serviços

- Colaboração, cooperação, participação ativa e coconstrução

Princípio e eixo norteador | Compromisso com a entidade empregadora

Área de Competências | Visão integrada e coerente de serviço de ECI de qualidade

- Qualidade na educação e cuidado (Educare)

Princípio e eixo norteador | compromisso com a sociedade

Área de Competência | Cidadania ativa, informada e responsável

- Cidadania coerente com o seu estatuto de profissional

Cuidados de saúde e bem-estar	Conhecimentos	<p>Dispõe de conhecimentos básicos sobre cuidados de saúde e bem-estar com crianças pequenas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreende e reconhece a importância de hábitos de higiene básica. • Conhece práticas de educação alimentar em prol da conscientização da família na promoção de hábitos alimentares saudáveis junto da criança para uma alimentação saudável. • Compreende que, na infância, a necessidade de dormir encontra-se diretamente associada ao desenvolvimento saudável. • Conhece os procedimentos gerais de segurança e medidas preventivas a adotar. • Conhece as técnicas de primeiros socorros pediátricos e sua aplicação.
	Comportamentos	<p>Organiza o ambiente para a promoção da saúde e bem-estar da criança, atendendo ao cumprimento das exigências legais.</p> <p>Cria hábitos e rotinas consistentes para que a criança compreenda e interiorize medidas de higiene básicas e as normas de segurança necessárias.</p> <p>Planeia e constrói ambientes seguros e promotores de autonomia.</p> <p>Assegura regularmente a higiene e segurança das instalações (interior e exterior).</p> <p>Respeita a integridade física e psicológica das crianças (proteção).</p> <p>Respeita as necessidades básicas das crianças, garantindo o seu contínuo bem-estar.</p>
	Atitudes	<p>Compreende a indissociabilidade entre cuidados e educação.</p> <p>Garante que os interesses das crianças estão acima de interesses pessoais ou organizacionais.</p>
Proteção social	Conhecimentos	<p>Tem conhecimentos sobre proteção social, intervenção precoce na infância e sobre os apoios e mecanismos de referência previstos na lei.</p>
	Comportamentos	<p>Monitoriza e avalia a criança com apoio da Equipa (técnica e de supervisão, e multidisciplinar).</p> <p>Identifica sinais de alarme no desenvolvimento.</p> <p>Está atenta ao comportamento da criança, registando-o de acordo com a monitorização e avaliação acordada em supervisão.</p> <p>Colabora no despiste de risco social com os diversos intervenientes e entidades responsáveis.</p>
	Atitudes	<p>Responsabiliza-se pelo bem-estar e segurança das crianças.</p> <p>Defende os Direitos das crianças.</p> <p>Garante que os interesses das crianças estão acima de interesses pessoais ou organizacionais.</p>
Desenvolvimento e aprendizagem	Conhecimentos	<p>Tem conhecimentos básicos de teorias do desenvolvimento e da aprendizagem e das condições que promovem o bem-estar das crianças pequenas e experiências de qualidade nessas idades.</p> <p>Conhece os eixos fundamentais do desenvolvimento e aprendizagem da criança:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreende os estádios de desenvolvimento nos seus diferentes domínios e interligações. • Compreende a Ecologia do Desenvolvimento. • Compreende a relevância da Relação como base do Desenvolvimento e da Aprendizagem. • Compreende a relevância da intencionalidade educativa em todas as ações que desenvolve com as crianças. • Compreende que uma educação de qualidade assenta na escuta responsiva às necessidades e interesses das crianças, respeitando e valorizando sempre as suas capacidades. <p>Conhece a relação entre o bem-estar, a aprendizagem e o brincar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreende o brincar como ação fundamental da criança. • Compreende a importância dos momentos da rotina para a promoção do bem-estar, desenvolvimento e aprendizagem. • Compreende o contexto educativo como espaço seguro para a aprendizagem da aprendizagem.
	Comportamentos	<p>Promove o desenvolvimento global das crianças, atendendo à sua especificidade e diversidade.</p> <p>Oferece oportunidades de aprendizagem em todas as áreas de conteúdo.</p> <p>Promove o envolvimento e a participação das crianças, assim como a sua autonomia.</p> <p>Promove a brincadeira em todas as situações de rotina e/ou intencionalmente planeadas.</p> <p>Está disponível para estabelecer uma relação segura e positiva com cada criança, dando-lhe atenção e afeto.</p> <p>Promove interações recíprocas.</p> <p>É responsiva e atenta às características de cada criança, apoiando, encorajando e reforçando as suas conquistas.</p>
	Atitudes	<p>Defende uma Educação Inclusiva: valoriza a diversidade e potencia a igualdade de oportunidades.</p> <p>Valoriza a diversidade cultural, social e económica.</p> <p>Respeita a individualidade de todas e cada uma das crianças: interesses e necessidades.</p> <p>Valoriza a voz e agência da criança.</p> <p>Valoriza o envolvimento ativo da criança, através da observação, da escuta atenta e fomentando a reciprocidade nas interações.</p> <p>Defende o Brincar como ação fundamental da criança.</p> <p>Valoriza o brincar espontâneo.</p> <p>Valoriza o brincar no espaço interior e exterior.</p>

<p>Sugestões para a prática educativa</p>	<p>Hábitos básicos de higiene Garanta a lavagem das mãos antes e depois das refeições como um comportamento regular a ser interiorizado pela criança enquanto hábito de higiene necessário e fundamental para uma vida saudável.</p> <p>Prevenção de acidentes Percorra a casa de joelhos, com os olhos ao nível da criança para identificar possíveis perigos e prevenir acidentes domésticos. Selecione sempre materiais seguros, sendo uma boa opção a utilização de caixas de cartão de várias dimensões por permitirem experiências seguras e diversas (esconder, empilhar, atravessar, ...).</p> <p>Primeiros socorros Tenha sempre uma caixa de primeiros socorros e confira regularmente stock e validade dos produtos.</p> <p>Respeito Durante a troca da fralda, estabeleça contacto visual com a criança, pedindo autorização para lhe tocar. Narre e descreva o que vai acontecendo, mantendo a comunicação com a criança e estando atenta aos seus sinais.</p> <p>Autonomia Coloque um pequeno banco junto ao lavatório para as crianças mais velhas, outro junto à bancada muda-fraldas para que possam subir sozinhas ou com o seu apoio. Envolve as crianças na troca de roupa ou de fralda, combinando, por exemplo, que ficam responsáveis pela entrega dos produtos necessários (fralda, toalhas, ...) no momento da sua utilização.</p> <p>Participação Crie momentos de participação das crianças na organização do espaço de muda, ajudando, por exemplo, na arrumação dos seus pertences (peças de vestuário, artigos de higiene, ...) nas gavetas ou sacos correspondentes. Coloque os produtos de higiene acessíveis, assim como o cesto do lixo para que as crianças possam colaborar na utilização e higiene do espaço.</p>
<p>Sugestões para a prática educativa</p>	<p>Observação, monitorização e avaliação Registe sistematicamente o desenvolvimento do grupo, de cada criança, e reflita regularmente sobre as suas observações com a equipa técnica, em momentos sem as crianças.</p> <p>Legislação e proteção social Mantenha-se continuamente atualizada sobre a política de salvaguarda da promoção dos Direitos e da Proteção das Crianças e Jovens.</p> <p>Coloque à disposição das famílias informação sobre a promoção dos Direitos das Crianças, disponibilizando folhetos num cesto colocado à entrada e/ou um poster afixado no placard das informações gerais.</p> <p>Envolva-se e participe em iniciativas de esclarecimento e sensibilização sobre a promoção dos Direitos das Crianças.</p> <p>Despiste precoce Apoie e encaminhe, com o conhecimento e apoio da família, sempre que identificar perturbações ou alterações no desenvolvimento da criança. Encaminhe para os serviços de apoio especializados, garantindo, assim, que estes possam assegurar uma resposta de apoio eficaz à criança e/ou da família. Ao identificar situações de maus-tratos, abuso ou discriminação, alerte imediatamente as entidades responsáveis solicitando o apoio e a consultoria dos seus profissionais especializados e consequente orientação.</p>
<p>Sugestões para a prática educativa</p>	<p>Diversidade e inclusão Adote uma postura positiva face à diversidade e seja consistente nas suas opiniões e comportamentos. As crianças também aprendem através dos exemplos. Aja de acordo com valores e atitudes assentes no respeito, tendo em atenção o seu comportamento e linguagem enquanto adulto de referência (modelar) para a criança.</p> <p>Rotina diária Organize uma rotina que integre os tempos de cuidado e os tempos educativos, respeitando os interesses e as necessidades de cada criança de acordo com as suas características individuais (idade, etapa e ritmo de desenvolvimento). Planeie e organize um ambiente que permita a acessibilidade dos objetos e materiais pedagógicos, as escolhas e o desenvolvimento do brincar da criança, podendo este ser individual e/ou em conjunto com os seus pares. Não deixe de privilegiar um momento exclusivo com o bebé quando, por exemplo, as outras crianças repousam ou realizam uma atividade autonomamente. Será também importante que a rotina diária inclua uma atividade planeada e organizada para as crianças mais velhas (1 e 2 anos), valorizando-se a aprendizagem lúdica, a participação e a iniciativa da criança. Promova experiências educacionais desafiantes que possam ser complexificadas mediante as necessidades e interesses das crianças. Poderá contemplar a escolha planeada do adulto, a escolha espontânea das crianças ou até mesmo das famílias. E por que não o conto de uma história diariamente?</p> <p>Brincar Participe em momentos de brincadeira, respeitando a abertura da criança a essa participação e estando atenta às regras da brincadeira propostas pela criança.</p> <p>Atividades Crie oportunidades de aprendizagem, exploração e descoberta através da experimentação e do lúdico. Proponha, por exemplo, a exploração de um cesto dos tesouros, a coleta de materiais naturais durante um passeio ao exterior, a elaboração de uma construção tridimensional utilizando esses elementos naturais, a exploração de materiais não estruturados (molas, rolos, cordas, ...). Escute as propostas das crianças e converse com elas sobre a possibilidade de as realizarem. Por exemplo, um pedido para fazerem bolachas conduz à pesquisa pela receita que pode até vir a envolver as famílias ou um vizinho. Recolha materiais de fim aberto — rolhas, tubos, tampas, caixas (...) — significativos para o grupo e para o momento. Exemplo: «Ao observar o João a brincar com as bolas, atirando-as, rolando-as ao redor de toda a sala, a ama lracema organiza o espaço no próximo dia disponibilizando tubos de diferentes larguras e tamanhos, mais bolas de diferentes tamanhos, e uma área com papel autocolante».</p> <p>Observação, monitorização e avaliação Enquanto as crianças brincam, observe as crianças, tentando perceber o que gostam de fazer, como gostam de estar e interaja com elas, de forma que a sua ação seja do seu interesse.</p>

Comunicação interpessoal diferenciada	Conhecimentos	Tem conhecimento de técnicas de comunicação interpessoal com públicos diferenciados, sendo capaz de desenvolver um diálogo que estabelece relações de confiança mútua.
	Comportamentos	Mantém contactos diários informais. Participa em encontros regulares com os pais/famílias e sempre que seja necessário. Adota um diálogo que facilite relações de confiança mútua, permitindo aos pais/ famílias expor as suas opiniões, expectativas e dúvidas e ser esclarecidos sobre as opções tomadas pela ama. Cria um clima de abertura, gerador de condições para a participação das famílias no contexto do trabalho da ama. Convida as famílias a vivenciarem um momento do dia-a-dia da ama. Envolve as famílias na preparação de uma atividade.
	Atitudes	Assegura a construção de relações positivas e construtivas. Defende e promove um diálogo securizante, recíproco, próximo (mas não invasivo). Valoriza as famílias, a sua identidade e diversidade.
Escuta ativa e dialógica	Conhecimentos	Tem conhecimento sobre como desenvolver e pôr em prática uma comunicação positiva com as crianças, famílias e outros participantes da comunidade, assente no diálogo e na partilha contínua de vivências significativas para a criança, envolvendo-a nesse relato.
	Comportamentos	Cria um clima de abertura, gerador de condições para a participação das famílias no contexto do trabalho da ama. Cria um clima de comunicação em que crianças, outros profissionais e pais/ famílias são escutados e as suas opiniões e ideias consideradas e debatidas.
	Atitudes	Valoriza as famílias numa perspetiva de construção conjunta de saberes e ideias sobre a educação da criança.
Diálogo, partilha e colaboração	Conhecimentos	Reconhece a importância de uma comunicação regular com profissionalismo. Tem conhecimento de técnicas de comunicação interpessoal com públicos diferenciados. Distingue confidencialidade de comunicação no âmbito do superior interesse da criança (salvaguarda dos seus direitos).
	Comportamentos	Facilita relações de confiança mútua, criando e mantendo um diálogo positivo com os pais/famílias, permitindo-lhes expor as suas opiniões, expectativas e dúvidas e ser esclarecidos sobre as opções tomadas no âmbito do serviço prestado. Agenda previamente a visita de famílias ao seu contexto educativo. Convida famílias para apoiar em saídas/passeios à comunidade.
	Atitudes	Reconhece a responsabilidade dos pais como principais educadores. Defende um clima de cooperação e coresponsabilização.
Adequação às especificidades de cada criança e família, tendo em especial atenção à diversidade social, cultural e económica	Conhecimentos	Conhece os costumes e tradições de cada família. (Re)conhece sinais de fragilidade económica que as famílias possam atravessar e estratégias agilizar formas de resolver problemas. Identifica quais são os serviços de ação social adequados a diferentes necessidades das famílias. Tem conhecimento sobre educação parental e desenvolvimento de competências parentais.
	Comportamentos	Traz para o contexto educativo elementos representativos das culturas de cada família. Cria proximidade e um clima seguro de confiança, mantendo uma relação profissional. Observa atentamente e escuta as crianças e famílias, compreendendo melhor os seus costumes e tradições. Convida famílias a vivenciarem momentos do quotidiano educativo. Colabora e coopera na identificação de soluções (suportado pela equipa técnica e rede de parceiros) perante dificuldades ou obstáculos evidenciados pelas famílias. Dinamiza ações de sensibilização para as famílias na área da parentalidade em parceria com a equipa técnica, outros profissionais e entidades.
	Atitudes	É sensível às fragilidades económicas que as famílias possam atravessar e procura agilizar formas de resolver problemas. Tem uma postura empática, inferindo sem preconceitos. Acolhe as características individuais de cada criança e cria oportunidades que lhe permitam realizar todas as suas potencialidades. Acolhe as individualidades na diversidade das crianças (percurso, origem social e cultural, características individuais próprias), num contexto de respeito, de segurança e de bem-estar.

<p>Sugestões para a prática educativa</p>	<p>Comunicação aberta Ao receber diariamente as crianças, incentive a troca de informações informais com as famílias: “Como correu o final do dia ontem? Como foi o acordar hoje de manhã? Hoje vamos fazer uma atividade nova e logo já contamos tudo à mãe!”. Respeite a criança, envolvendo-a nas conversas sobre ela. Incentive e organize encontros formais, sem a criança presente, de acordo com a disponibilidade da família, potenciando um conhecimento mais informado sobre a criança e a garantia do seu bem-estar, desenvolvimento e aprendizagem.</p> <p>Mediante a autorização das famílias, partilhe imagens do quotidiano educativo das crianças.</p> <p>Disponibilize o plano do dia/semana conversando sobre as propostas a apresentadas e pedindo, sempre que possível, o envolvimento da família.</p>
<p>Sugestões para a prática educativa</p>	<p>Envolvimento parental Incentive a participação e o envolvimento das famílias, auscultando a sua disponibilidade e interesse. A participação pode ser presencial, ou não. Envolve as crianças e as famílias na identificação de atividades conjuntas, pedindo a sugestão de ideias e partilha de eventos e iniciativas locais. Convide as famílias para virem contar uma história, acompanharem um passeio ou realizarem um passeio. Ou ainda, lance o convite de empréstimo de livros, a participação de frutas e vegetais para a confeção de um batido ou salada. Outra sugestão poderá ser a criação conjunta de uma mala de recursos ou a organização de um passeio ou momento de celebração. Organize momentos de confraternização em épocas festivas, como o aniversário de uma das crianças ou outra efeméride.</p>
<p>Sugestões para a prática educativa</p>	<p>Comunicação regular Promova uma comunicação aberta assente na troca de informações (informais ou formais, consoante a disponibilidade da família) sobre a criança. Facilite a articulação entre os diversos contextos de vida da criança criando um clima de comunicação. Disponha de tempo para conversar com as famílias calmamente. É importante escutar e poder ser escutada. Convidar o cuidador quando este chega a juntar-se à hora do lanche ou a sentar-se, observando as crianças a brincar, pode ajudar a criar condições mais propícias ao diálogo. Faculte informações sobre cada criança sempre de forma individual, garantindo desta forma a partilha sistemática e, simultaneamente, o respeito pela privacidade. Crie, se possível, um placar com bolsas individuais para colocação das informações sobre cada criança ou recorra a um pequeno caderno, guardado na mochila da criança, escrevendo nele os aspetos mais relevantes do dia-a-dia da criança.</p> <p>Integração e adaptação Organize com a participação da família o período de adaptação da criança de forma faseada, sempre que possível. Combine com o cuidador formas de contacto para ajudar a diminuir a ansiedade que, por vezes, os momentos de adaptação das crianças criam: uma chamada telefónica, uma mensagem texto, a partilha de registos fotográficos (ou em vídeo), partilhando imagens da criança tranquila e serena, em atividade ou em interação com os seus pares. Ao longo do ano letivo, agende momentos de conversa sobre as aprendizagens mais significativas adquiridas pela criança, tendo como suporte registos fotográficos e escritos, organizados cronologicamente.</p>
<p>Sugestões para a prática educativa</p>	<p>Cidadania Envolve a criança em tomadas de decisão em prol do grupo, incentivando a interiorização de práticas de cidadania. Consulte e escute a criança, criando oportunidades para a prática de tomada de decisões como, por exemplo, a escolha da canção ou do livro a explorar no momento em grupo, a decisão entre um passeio ao parque ou uma ida ao mercado... Envolver a criança na tomada de decisões permite que a criança sinta confiança para expressar as suas ideias e opiniões. Mesmo as crianças mais pequenas, que ainda não se expressam verbalmente, devem ser escutadas e envolvidas. Ao percorrer o espaço com a criança esta irá manifestar a sua vontade e iniciativa, apontando ou encaminhando com o olhar para um jogo ou um determinado brinquedo que sente vontade de explorar, ou, ainda, um livro que deseja desfolhar. O adulto, ao criar uma narrativa dando voz à criança, assegura o apoio necessário para que esta se sinta reconhecida nas suas tomadas de decisão. Inclua as famílias na discussão e planeamento de projetos e atividades da sua iniciativa desenvolva em parceria com as famílias e comunidade. Partilhe com as famílias estas práticas de educação para a cidadania, criando momentos de conversação com as famílias sobre a importância dos valores e a sua continuidade no quotidiano educativo. Pais e profissionais de educação têm um papel fundamental na educação cívica das crianças, contribuindo para a construção da sua cidadania.</p> <p>Cultura Considere a família de cada criança, valorizando a sua cultura na ação educativa. Os costumes e tradições são parte integrante do principal contexto social da criança – a família – e, naturalmente, parte integrante da sua identidade. Conhecer os costumes e tradições de cada família permite uma maior adequação e contextualização da resposta educativa ao grupo e a cada criança em particular. Ao organizar o espaço, coloque num local acessível às crianças, fotografias suas e das suas famílias para que estas se revejam e se possam reconhecer a si e aos outros, compreendendo os seus grupos de pertença. Inclua também objetos e imagens que espelhem diversidade cultural, reforçando a intenção de que, crianças e famílias, se sintam acolhidas e valorizadas.</p>

Princípio e eixo norteador | **Compromisso com a família e comunidade**

Área de competências | **Comunicação positiva, articulação e colaboração**

Respeito e integridade	Conhecimentos	Sabe o significado da confidencialidade da informação relativa às crianças e aos seus familiares. Sabe reconhecer sinais de alerta que comprometam o superior interesse da criança. Sabe o que constitui a integridade de um indivíduo (criança e adulto).
	Comportamentos	Coloca em prática a aceitação da diversidade cultural. Garante a confidencialidade: <ul style="list-style-type: none"> - No contacto com as famílias, não expondo negativamente as crianças do grupo e cingindo a comunicação à informação necessária. - Não partilha informações e imagens das crianças e famílias nas redes sociais ou outros, sem consentimento das famílias. - Distingue confidencialidade de comunicação no âmbito do superior interesse da criança (salvaguarda dos seus direitos). Observa e regista, individualmente, sinais e evidências significativos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças centrados nos processos de aprendizagem das crianças e nas rotinas do dia-a-dia. Denuncia situações de maus-tratos às entidades competentes responsáveis.
	Atitudes	Demonstra empatia e sensibilidade. Revela integridade sendo as suas ações condizentes com o seu discurso; age de forma altruísta e isenta de benefícios próprios. Respeita a singularidade do ser humano. Reconhece e respeita a natureza confidencial da informação relativa às crianças e famílias. Reconhece os direitos plenos da criança enquanto indivíduo. Defende o superior interesse da criança.
Mobilização e trabalho em rede	Conhecimentos	Conhece o local e a comunidade, incluindo a identificação de oportunidades e de riscos, para conseguir otimizar todos os recursos do contexto comunitário no exercício da sua atividade. Conhece o contexto comunitário, nas vertentes socioeconómicas, culturais, religiosas, étnicas, de forma a: <ul style="list-style-type: none"> - alargar o leque da oferta cultural destinada a famílias - expandir as oportunidades educativas oferecidas às crianças - manter a informação atualizada Sabe expandir as oportunidades educativas oferecidas às crianças. Sabe rentabilizar recursos e respostas já existentes. Sabe alargar o leque da oferta cultural destinada a famílias. Reconhece a relevância de se manter atualizada sobre o trabalho a ser desenvolvido localmente e por parceiros.
	Comportamentos	Mapeia as zonas da comunidade local que habita e os seus locais de interesse. (Re)conhece os serviços locais da comunidade que habita e utiliza os mesmos regularmente com as crianças e com as famílias. Pratica uma comunicação positiva e uma articulação, colaboração e cooperação com outros profissionais e serviços.
	Atitudes	Valoriza a Comunidade. Valoriza a Diversidade. Revela sentido de pertença.
Valorização do trabalho na e pela comunidade	Conhecimentos	Conhece os diferentes atores e organismos formais e informais existentes na comunidade. Sabe trabalhar em rede. Conhece estratégias de criação de vínculo e de consolidação de laços de pertença à comunidade.
	Comportamentos	Tem iniciativa em se dar a conhecer, quebrando o isolamento social. Estabelece parcerias com serviços ou associações locais. Assume compromissos de vivência e intervenção na comunidade. Promove iniciativas de divulgação do seu trabalho à comunidade. Recorre a atores e organismos formais e informais existentes na comunidade, solicitando apoio e colaboração mediante necessidade justificada. Participa com os pais em iniciativas comunitárias. Estabelece sinergias com serviços locais.
	Atitudes	Tem uma postura de cooperação e entajuda. Demonstra abertura a novos contactos, promovendo a socialização. Promove práticas de desenvolvimento sociomoral para uma maior conscientização das necessidades humanas, valores, direitos e responsabilidades.

<p>Sugestões para a prática educativa</p>	<p>Diversidade e diálogo intercultural Inclua nos materiais lúdicos elementos de referência étnica e cultural diversa, incentivando a criação do sentido de pertença das crianças ao grupo e ao espaço ao sentirem-se representadas, mas também alargando o seu leque de conhecimento sobre outros costumes e culturas. Demonstre interesse e curiosidade pelos costumes e práticas culturais familiares da criança, fomentando o diálogo intercultural. Conheça as características e necessidades das crianças e dos adultos, reconhecendo e respeitando as suas similitudes e diferenças, e adequando de forma dinâmica o contexto educativo.</p> <p>Avaliação Fotografe momentos significativos do quotidiano educativo. Esses registos podem ser complementados com escritos sobre as observações realizadas, documentando os processos vivenciados por cada criança (individualmente, a pares e em grupo). Planeie e crie momentos para organizar essa documentação regularmente.</p> <p>Confidencialidade Nos contactos diários, cinja a passagem de informações apenas aos aspetos essenciais em torno da saúde e bem-estar da criança, e somente com os cuidadores em questão. Informações sobre, por exemplo, mordidas ou contágios, não precisam de implicar a identificação das outras crianças. A principal preocupação é manter o foco na resolução das situações, não escalando a sua importância, nem expondo ninguém. Esta postura assegurará o clima de serenidade, confiança e respeito pretendido.</p>
<p>Sugestões para a prática educativa</p>	<p>Articulação com parceiros Identifique os diversos recursos locais que a sua comunidade tem para oferecer: bibliotecas, museus, galerias, mercados, centros de saúde, farmácias, posto de correios, ... Registe-se na biblioteca local e incentive as famílias a fazerem o mesmo. Subscreva publicações divulgando eventos culturais locais e organize visitas. Divulgue junto das famílias os eventos, incentivando o seu acesso e o contacto a um maior leque cultural. Organize passeios a jardins, explore com as crianças os diferentes becos, ruas, pátios e fontes existentes no meio envolvente, conversando sobre essas descobertas e dando-lhes continuidade em atividades que se sigam, de acordo com a identificação dos interesses das crianças.</p>
<p>Sugestões para a prática educativa</p>	<p>Envolvimento comunitário Peça ajuda ou colabore com a Junta de Freguesia ou com uma associação local para celebrar uma determinada festividade. Dê a conhecer o seu trabalho com as crianças, realizando uma exposição num dos espaços da comunidade (centro cultural, biblioteca, espaço comercial, mercado, ...). Saia regularmente com as crianças: planeando todas as semanas uma ida ao jardim, ao mercado e/ou outros locais, com o apoio de vizinhos ou familiares das crianças. Pratique com as crianças e famílias jardinagem e horticultura na horta comunitária local. Convide, uma vez por mês, um elemento da comunidade a integrar uma atividade. Contacte com entidades próximas da sua casa, informando que exerce a profissão de ama. Desse contacto, podem surgir oportunidades de interação com a comunidade ou até apoios para o desenvolvimento de determinadas atividades. Estabeleça parceria com a biblioteca, inscrevendo-se como utilizador e assistindo regularmente à hora do conto e requisitando livros e jogos a cada semana. Peça a colaboração do café do seu bairro para reunir materiais de desperdício, tais como tubos de cartão do rolo da máquina registadora e rolhas. Receba a agenda cultural da sua freguesia e explore-a com o grupo, tornando-se uma leitura obrigatória e prazerosa para as crianças. Leiam-na num momento de grupo e discutam e decidam onde querem ir e que atividades querem realizar.</p>

Princípio e eixo norteador | **Compromisso com a construção da identidade profissional**

Área de competências | **Desenvolvimento pessoal e profissional no quadro da qualidade dos serviços de ECI**

Desenvolvimento pessoal e profissional no quadro da qualidade dos serviços de ECI	Conhecimentos	<p>Identifica as dimensões da atividade de ama no quadro das outras profissões de educação e cuidados da infância (ECI).</p> <p>Conhece o enquadramento legal da atividade de ama:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Identifica os documentos e requisitos legais, e as condições necessárias para o exercício da atividade de ama, no seu país. <p>Conhece as responsabilidades éticas da atividade de ama.</p> <p>Conhece os apoios e mecanismos de referência previstos na lei com o objetivo de colaborar com as entidades competentes.</p> <p>Conhece a importância da elevada qualidade das práticas na promoção do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças.</p> <p>Conhece os fundamentos, objetivos e estratégias do trabalho com pais e a comunidade.</p> <p>Conhece a importância do autocuidado na promoção do seu bem-estar profissional.</p>
	Comportamentos	<p>Participa na construção da identidade profissional de ama:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Reflete sobre a sua prática, identificando áreas de melhoria. — Avalia a sua prática, verificando e documentando o respetivo impacto. — Procura fundamentar e consolidar a sua prática por meio de atividades de desenvolvimento profissional em todas as dimensões da sua ação. <p>Seleciona e organiza os documentos necessários para a formalização de um contrato com a família, a ser assinado pelos pais das crianças.</p> <p>Coloca em prática as responsabilidades éticas da atividade de ama.</p> <p>Colabora e coopera com todos os intervenientes no processo educativo na identificação de situações de qualquer carência ou de necessidade de intervenção urgente.</p> <p>Revela uma boa conciliação entre a vida pessoal e profissional.</p> <p>Assegura momentos de autocuidado com regularidade.</p> <p>Demonstra, na sua ação junto das crianças, famílias e comunidade, responsabilidade cívica, respeito pelo sigilo profissional e pela confidencialidade.</p>
	Atitudes	<p>Valoriza uma prática de desenvolvimento profissional de qualidade como um processo contínuo de aprendizagem que engloba o crescimento pessoal e profissional.</p> <p>Empenha-se no reconhecimento da profissão de ama no quadro das outras profissões de educação e cuidados da infância.</p> <p>Implica-se na valorização da função social e cultural dos profissionais de ECI e na construção das condições estruturais que mais a dignifiquem.</p> <p>Adota, e compromete-se, com uma abordagem educacional inclusiva que promove a cidadania ativa, a solidariedade, e a aprendizagem ao longo da vida das crianças e suas famílias.</p> <p>Reconhece a responsabilidade dos pais como os principais educadores das suas crianças nos primeiros anos.</p> <p>Reconhece a centralidade dupla do trabalho que desenvolve com as crianças e suas famílias.</p> <p>Valoriza o trabalho de equipa multidisciplinar e os seus benefícios em prol da adequação de respostas às crianças e suas famílias.</p>

Princípio e eixo norteador | **Compromisso com a equipa de trabalho**

Área de competências | **Colaboração e cooperação com outros profissionais e serviços**

Colaboração e cooperação com outros profissionais e serviços	Conhecimentos	<p>Tem conhecimentos específicos sobre a pedagogia participativa como pilar essencial para práticas educativas de qualidade.</p> <p>Conhece os princípios, fundamentos e modalidades do trabalho em equipa, nomeadamente de comunicação interpessoal e dinâmicas de grupo.</p>
	Comportamentos	<p>Colabora nas atividades pedagógicas características do contexto educativo, trabalhando de forma articulada com o técnico de enquadramento e a entidade empregadora, assegurando que as ações desenvolvidas são coerentes com a perspetiva pedagógica adotada.</p> <p>Revê continuamente as suas práticas, individualmente e em equipa.</p> <p>Partilha e troca experiências com colegas em reuniões de equipa.</p> <p>Desenvolve práticas educativas com colegas através do trabalho colaborativo.</p> <p>Coonstrói conhecimento pedagógico através da documentação e avaliação em equipa de práticas educacionais.</p> <p>Coonstrói de forma participada o projeto pedagógico a implementar.</p> <p>Mantém relações de trabalho positivas com os colegas: partilha informações relevantes, dentro dos limites da confidencialidade.</p> <p>Com o apoio de colegas, trabalha de forma eficaz sob a orientação de especialistas em ECI.</p> <p>Participa ativamente enquanto membro de uma equipa multidisciplinar, trabalhando em parceria com organizações locais e, nomeadamente, articulando com outros intervenientes no âmbito do sistema de promoção e proteção de crianças (e jovens).</p> <p>Contribui para o debate, a inovação e a procura de práticas de qualidade.</p>
	Atitudes	<p>Respeita os colegas de profissão e colabora com todos os intervenientes na equipa educativa, sem discriminações.</p> <p>Valoriza a discussão de pontos de vista e a aprendizagem que resulta do contraditório.</p> <p>É solidária nas decisões tomadas em conjunto e em situações problemáticas.</p>

**Sugestões
para a prática
educativa**

Legislação

Mantenha-se informado e atualizado sobre os requisitos legais que enquadram o exercício da sua atividade profissional. Aceda regularmente a textos legislativos e documentos oficiais sobre esta matéria. Conheça também as leis que enquadram os direitos das crianças e a sua promoção, assim como a proteção de menores. Tenha à entrada de casa um cesto com livros que seja interessante partilhar com as famílias, bem como folhetos, ou outro tipo de informação relevante.

Desenvolvimento profissional e formação contínua

Mantenha-se ativa, investindo no seu desenvolvimento pessoal e profissional, alargando o seu conhecimento e adquirindo novas competências. Pesquise informação e identifique recursos pertinentes, validados pela equipa técnica e de supervisão, em torno da educação das crianças entre os 0 e os 3 anos, que permitam a atualização de conhecimentos com base em evidências. Participe em seminários, encontros ou outros eventos/ações pertinentes para a prática profissional; identifique os mais adequados para as suas necessidades formativas. Participe regularmente em ações de formação contínua que apoiem o seu crescimento profissional e técnico, trabalhando, nomeadamente, em comunidades de aprendizagem profissional. Identifique as necessidades formativas mais prementes em colaboração com a equipa técnica (educadores e técnicos de enquadramento), colaborando ativamente na sua orientação e acompanhamento. Mesmo trabalhando em regime livre, mantenha-se em contacto com profissionais da área da educação de infância através, por exemplo, da inscrição numa associação profissional e do trabalho em rede com o centro de educação de infância mais próximo.

Educação parental

Sempre que participar numa ação de formação, dê conhecimento às famílias, partilhando o que aprendeu e integrando, se pertinente e de interesse, essa partilha num momento de sensibilização das famílias na área da parentalidade.

Reflexividade

Adote a prática de utilizar um pequeno bloco de notas onde vai registando as suas ideias em torno dos desafios que enfrenta no âmbito da sua ação educativa. Planeie momentos de apoio ao questionamento e à reflexão, identificando aspetos positivos e negativos da sua ação educativa quotidiana.

A qualidade da educação de infância encontra-se intrinsecamente ligada à qualidade da prática e à qualidade do ambiente educativo proporcionado às crianças, existindo uma conexão entre o que profissional faz e o que as crianças aprendem. Questione e reflita, por isso, sobre o seu modo de fazer e pensar. Estas práticas são pontos de partida para a melhoria e inovação da ação profissional indispensáveis ao desenvolvimento profissional contínuo.

**Sugestões
para a prática
educativa**

Equipas colaborativas

Incentive a construção de pontes entre os profissionais, adotando uma postura atenta, compreensiva, cooperativa, respeitadora e flexível.

Identifique e estabeleça contacto com outras amas, combinando encontros regulares e a realização de atividades com os grupos de crianças.

Incentive também a realização de momentos de partilha e de escuta em torno das necessidades e interesses individuais de cada elemento da equipa com base nas experiências profissionais diárias. Com esse intuito, sugira sessões periódicas, por exemplo, ao final do dia da primeira quarta-feira de cada mês ou até no primeiro sábado, da parte da manhã.

Se for mais adequado a um dia de semana, peçam a compreensão e colaboração dos pais. Ou seja, combinem que nesse dia, se necessário, a hora de saída será um pouco mais cedo para possibilitar a realização do encontro.

Se não for possível uma periodicidade mensal, analisem conjuntamente outras possibilidades.

Estimule e colabore na organização de espaços-tempos que estimulem o sentimento de pertença à equipa e à cultura organizacional, trabalhando em torno do reforço de crenças, valores e ética profissional. Sessões para discussão da missão e visão institucional, palestras ou atividades de lazer e convívio, são apenas alguns exemplos possíveis.

Esteja aberto à identificação de ações de melhoria individuais, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados na sua globalidade pela organização.

Tome a iniciativa e apoie o trabalho de um colega, em caso de necessidade. Por vezes o empréstimo de um instrumento de trabalho (um livro técnico, por exemplo) ou uma palavra de incentivo podem ser ações simples, mas com um enorme impacto.

Princípio e eixo norteador | **Compromisso com a entidade empregadora**

Área de competências | **Visão integrada e coerente de serviço de ECI de qualidade**

Visão integrada e coerente de serviço de ECI de qualidade	Conhecimentos	<p>Tem conhecimentos básicos de teorias do desenvolvimento e da aprendizagem e das condições que promovem o bem-estar das crianças pequenas e experiências de qualidade nessas idades.</p> <p>Conhece os princípios orientadores da missão da entidade empregadora no quadro do seu mandato social, bem como o projeto educativo e a perspetiva pedagógica por que a mesma se rege.</p> <p>Conhece o seu papel e nível de responsabilidade na organização e as expectativas relativas ao seu desempenho.</p> <p>Conhece informação disponível sobre o "tecido social" que caracteriza a comunidade envolvente.</p>
	Comportamentos	<p>Respeita a natureza confidencial da informação relativa à entidade empregadora.</p> <p>Participa ativamente nas reuniões institucionais internas e com parceiros externos à instituição, sempre que necessário.</p> <p>Coopera e zela pela preservação das instalações, equipamentos e dos materiais.</p> <p>Propõe e participa na renovação dos mesmos.</p> <p>Participa com empenho nas ações de formação propostas pela entidade empregadora.</p>
	Atitudes	<p>Reconhece e valoriza o seu papel social e profissional, nos diferentes contextos (individual e organizacional), no âmbito da ecologia da infância.</p> <p>Defende a implementação de um plano de trabalho cooperado assente num entendimento comum da qualidade.</p>

Princípio e eixo norteador | **Compromisso com a sociedade**

Área de competência | **Cidadania ativa, informada e responsável**

Cidadania coerente com o seu estatuto de profissional	Conhecimentos	<p>Conhece as políticas públicas de educação e cuidado na infância (ECI).</p> <p>Conhece a situação da ECI no contexto mais amplo: local, nacional e internacional.</p> <p>(Re)conhece os desafios emergentes, perspetivando-os na ecologia da infância.</p> <p>(Re)conhece a diversidade (nas suas diversas formas) e conhece estratégias não discriminatórias de trabalho com pais e comunidades (abordagens anti preconceito, diálogo intercultural, identidades plurais, ...).</p>
	Comportamentos	<p>Situa-se nas políticas públicas da educação contribuindo para uma educação de qualidade e para a promoção de práticas de equidade social.</p> <p>Adapta a sua ação às mudanças sociais: capacidade de comunicação, de abertura ao(s) outro(s), ...</p> <p>Envolve-se ativamente com as comunidades locais a fim de promover os direitos das crianças e das famílias, e a participação.</p> <p>Reequaciona a sua ação de acordo com os desafios emergentes.</p>
	Atitudes	<p>Adota e promove os valores da democracia, solidariedade, cidadania ativa.</p> <p>Assume a sua condição de cidadã(o) coerente com o seu estatuto de profissional.</p>

**Sugestões
para a prática
educativa**

Compromisso organizacional

Apoie a discussão e reflexão em torno da visão e missão da organização em prol de uma maior apropriação e em conformidade com os valores de uma abordagem de ECI.

Construa, ativamente e em parceria com a equipa técnica, o projeto pedagógico a implementar.

Refleta sobre o seu trabalho, partilhando com a sua identidade patronal as suas vivências e dificuldades.

Tenha sempre presente o seu papel enquanto representante da organização nos mais diversos contextos, formais e informais. Mantenha uma postura adequada e cordial, bem informada. Esclareça questões passíveis de serem respondidas por si enquanto funcionária, mas encaminhe sempre para os serviços adequados assuntos de outra natureza.

Mostre-se curiosa e expresse gosto em aprender e melhorar os seus conhecimentos e competências técnicas regularmente. Pesquise periodicamente iniciativas e divulgue junto das lideranças ações benéficas para o desenvolvimento organizacional e profissional da equipa.

**Sugestões
para a prática
educativa**

Políticas públicas

Participe em fóruns, encontros ou outras iniciativas, presenciais ou a distância, que objetivem a sensibilização das políticas públicas e a sua maior adequação e apoio às crianças, famílias e profissionais. Expresse-se de forma clara e coerente, honrando a sua responsabilidade individual e social enquanto representante de uma classe profissional na área da educação de infância.

Adira a iniciativas locais, como por exemplo, a plantação de árvores no jardim local, uma iniciativa promovida pela junta de freguesia no Dia da Árvore.

Conhecimentos	Comportamentos	Atitudes
<ul style="list-style-type: none"> • Compreende • Conhece • Constrói conhecimento • Dispõe • Distingue conhecimento A de B • Entende • Identifica • Investiga • Relaciona conhecimentos / teoria com prática • Reflete • Sabe • Aborda • Domina • Tem consciência do seu papel • Está consciente • Aprende • Distingue 	<ul style="list-style-type: none"> • Adapta • Adota • Age / Atua • Ajusta (comportamento) • Apoia • Co-constrói • Colabora • Contribui • Coopera • Coloca em prática • Convida • Cria • Cuida • Define • Denuncia • Desenvolve • Dialoga /Mantém a comunicação • Distingue • Envolve-se • Está atenta • Facilita • Fala pelos outros • Faz • Identifica • Implementa (pedagogia – práticas educativas participativas) • Mantém relações • Mapeia • Monitoriza e avalia • Observa • Oferece • Organiza • Participa • Partilha • Pergunta /Questiona • Pesquisa, procura e acede a fontes de informação e de conhecimento, verificando diferentes fontes documentais e a sua credibilidade • Planeia • Pratica • Pratica escuta ativa • Procura / Vai ao encontro de • Propõe • Recorre • Reequaciona • Regista • Revê • Seleciona • Utiliza recursos diversificados • Zela 	<ul style="list-style-type: none"> • Acolhe • Assegura • Assume • Celebra o outro • Defende • Demonstra • Empenha-se • É solidária • É sensível • Garante • Implica-se • Maturidade de espírito / auto-conhecimento • Reconhece • Respeita • Respeita-se • Responsabiliza-se • Sabe quando pedir apoio (sabe reconhecer a situação / não quer fazer tudo sozinha / conhece os seus limites) • Tem uma postura (sabe até onde pode ou deve ir numa situação) • Toma iniciativa • Toma liderança • Valoriza

Grupo de trabalho: Amélia Marchão, Ana Azevedo, Ana Teresa Brito, Fátima Aresta, Irene Figueiredo, Isabel Correia, Joana Freitas Luís, Mónica Brazinha, Vânia Azevedo, Zara Merali.

O nosso sentido agradecimento a todas as entidades e seus representantes que contribuíram generosamente para a análise, discussão e validação deste documento: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – Instituto de Segurança Social, I.P., Ministério da Educação – Direção Geral de Educação, APEI – Associação de Profissionais de Educação de Infância, ISPA-IU - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso, ProChild CoLAB – Laboratório Colaborativo, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Fundação Bissaya Barreto – Casa da Criança Maria Granado, ABLA – Associação de Beneficência Luso-Alemã, CAPA – Centro de Assistência Paroquial da Amora, CASM – Centro de Atividades Sociais do Miratejo, Centro Comunitário da Quinta do Conde, Cooperativa TorreGuia, APRA – Associação dos Profissionais do Regime de Amas, Associação Cuid’Ama.

Bibliografia

- BRAZINHA, M., FURTADO, A., ALMEIDA, S. & VARELA, C. (2017). Guia para Amas e outros cuidadores. Lisboa: Fundação Aga Khan.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) (2020). Recomendação "A condição dos assistentes e dos técnicos especializados que integram as atividades educativas das escolas". Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- CORREIA, I. M. T. (2021). Para além da dicotomia educar/cuidar em creche. *Brazilian Journal of Development*, 7(1), 4469–4487. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n1-302>
- DECRETO-LEI n.º 414/1999, de 15 de outubro. Diário da República n.º 241/1999, Série I-A. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- DECRETO-LEI n.º 240/2001, de 30 de agosto. Diário da República n.º 201/2001, Série I-A. Lisboa: Ministério da Educação.
- DECRETO-LEI n.º 115/2015, de 22 de junho. Diário da República n.º 119/2015 – I Série. Lisboa: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.
- FORMOSINHO, J. & FIGUEIREDO, I. (2014), «Promovendo a equidade num contexto de educação de infância: o papel das equipas educativas colaborativas», *RELAdEI (Revista Latinoamericana de Educación Infantil)*, 3 (1), pp. 25-42.
- FREIRE, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.



A publicação «Guia de supervisão para técnicos de acompanhamento» está ao abrigo de uma licença Creative Commons – Atribuição – Não comercial – Compartilha Igual 4.0 Internacional.

PARA MAIS INFORMAÇÕES:

Fundação Aga Khan Portugal

Avenida Lusíada, 1, 1500-650 Lisboa

Tel.: +351 217 229 000

e-mail: akfportugal@akdn.org

web: www.akdn.org

plataforma: <http://moodle.akfportugal.com>

©AKF Portugal, março 2023

As informações deste material podem ser reproduzidas, mediante comunicação à Fundação Aga Khan Portugal.